

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 DADOS DA CONTRATAÇÃO

Programa: Minha Casa Minha Vida	Contrato CAIXA nº PT: 0322222-80		
Ação/Modalidade: PMCMV– Faixa 1	Fonte de recursos: Fundo de Arrendamento Residencial – FAR		
Empreendimento: Residencial Monteiro Lobato			
Localização/Município: Rua G, 205 – Paupina – Fortaleza			UF: CE
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Fortaleza			
Telefone: (85) 3488.3376 / (85) 3488-3377 / (85) 3488-3379			
E-mail: presidenciahabitafor@fortaleza.ce.gov.br			
Agente executor: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR Coordenadoria de Programas Sociais - CPS			
Telefone: (85) 3488-3376		Email: habitafor@fortaleza.ce.gov.br	

1.2 VALORES DA INTERVENÇÃO

Composição do Investimento	Obras	PTS	Gestão Condominial	TOTAL
Repasso/Financiamento	10.861.404,89	204.120,00	68.040,00	11.133.564,89

2 EXECUÇÃO DO PTS

2.1 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Área gestora do Trabalho Social: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) – Coordenadoria de Programas Sociais - CPS	
Responsável técnica social: Helane Carneiro Vieira	
Formação: Assistente Social	Registro profissional: CRESS nº 5576 3ª região/CE
Telefone: (85) 3488-3379	Email: helanecv@gmail.com

2.2 PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO

Prazo de obras	Prazo do PTS	Forma de execução do PTS
Entregue em 2016	12 meses	Indireta
Empresa responsável pela elaboração do PTS: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR		



3 APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR vem desde 2003 trabalhando junto à política habitacional do município de Fortaleza no tocante à garantia do direito à moradia digna para a população de Fortaleza tendo em vista a redução do déficit habitacional no município que conforme dados da Fundação João Pinheiro – FJP (2010) era de 95.166 unidades. Ainda segundo esta Fundação (2009) entende-se por déficit habitacional “a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento”.

Ressalta-se que o cálculo do déficit habitacional compreende as seguintes variáveis: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados FJP (Fundação João Pinheiro, 2010).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a projeção da população brasileira em 2014 giraria em torno dos 201 (duzentos e um) milhões de habitantes. A cidade de Fortaleza consiste da 5ª (quinta) maior capital do país com 314,930 km², e apresenta o número de 2.452.185 pessoas residentes, conforme censo do ano de 2010 do IBGE.

Com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações para famílias brasileiras, o Governo Federal lançou em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. A execução do referido Programa pode ser realizada pelos estados e municípios, com a gerência do Ministério das Cidades e operacionalização pela Caixa Econômica Federal – CEF ou Banco do Brasil. Os recursos do Minha Casa Minha Vida decorrem do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR que se subdividem em duas propostas distintas:



1 Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU

Objetiva promover a construção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

2 Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

Objetiva construir ou reformar imóveis de agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Dentro do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU existem faixas de renda definidas para aquisição e alienação dos imóveis. Na Faixa 1 o Programa objetiva a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais).

Paralela à produção de habitações de interesse social definiu-se em normativos específicos do Ministério das Cidades (Portarias e Resoluções) que versam sobre o planejamento e execução de ações relativas ao Trabalho Social mediante a produção de um Projeto de Trabalho Social - PTS que deve ser implementado com as famílias beneficiárias no PMCMV (Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013 e Portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014).

O Complexo Residencial Escritores é constituído por 8 empreendimentos menores nos quais 4 terão a demanda indica pelo Município de Fortaleza e 4 pelo Estado do Ceará, os quais totalizam 1.920 UH –Unidades Habitacionais conforme apresentado abaixo:

Indicação de Demanda do Município de Fortaleza:



- **Residencial Graciliano Ramos:** 312 Unidades Habitacionais
- **Residencial Jorge Amado:** 168 Unidades Habitacionais
- **Residencial Monteiro Lobato:** 216 Unidades Habitacionais
- **Residencial Raquel de Queiroz:** 192 Unidades Habitacionais

Indicação de Demanda do Estado do Ceará:

- **Residencial Carlos Drummond:** 144 Unidades Habitacionais
- **Residencial Castro Alves:** 264 Unidades Habitacionais
- **Residencial José de Alencar:** 272 Unidades Habitacionais
- **Residencial Machado de Assis:** 352 Unidades Habitacionais

O presente projeto trata especificamente do empreendimento Residencial Monteiro Lobato, constituído por 216 (duzentas e dezesseis) Unidades Habitacionais, localizado à Rua G, 205 – próximo à Rua Antero Quental – Bairro Paupina, na área de abrangência da Secretaria Regional VI. Este empreendimento se trata de um condomínio fechado formado por 27 blocos com 8 unidades habitacionais em cada bloco configurado por Térreo +1 pavimento superior (04 unidades habitacionais por pavimento). O condomínio dispõe ainda de Salão de Festas (com banheiros – feminino e masculino, um quarto e um banheiro para o zelador e um depósito), conta ainda com uma guarita (com banheiro e vestiário do porteiro), play ground, lixeira, abrigo para gás, campo de futebol, estacionamento para 72 veículos pequenos e 25 motos, sistema de coleta de esgoto, sistema viário interno com pavimento em pedra tosca e/ou piso intertravado e drenagem superficial.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a evolução nas formas de pensar e realizar ações voltadas para o campo das políticas de habitação no Brasil adotou-se a perspectiva de valorização da



democracia, organização social e participação da comunidade nos processos decisórios. O Trabalho Social - TS enquanto um instrumento de cidadania possibilita a participação da população beneficiária na tomada de decisões sobre suas necessidades e a realidade na qual está inserida, garantindo assim um espaço para sua participação e posicionamento possibilitando a readequação das ações previstas às necessidades particulares daquele público específico, alvo da intervenção, contribuindo assim, para a sustentabilidade e o sucesso das intervenções.

O desenvolvimento do Trabalho Social no Residencial Monteiro Lobato mostra-se relevante por tratar-se de um empreendimento inserido na nova perspectiva de gestão municipal das habitações de interesse social, com foco na participação e promoção da cidadania dos beneficiários. Como definido nos normativos específicos que o regulamentam atualmente, o TS deve iniciar-se antes da transferência das famílias para as novas unidades habitacionais, porém tendo em vista que isso não se concretizou no empreendimento em questão, buscaremos conciliar as especificações para sua produção a realidade posta de pós-ocupação. Ressaltamos ainda a importância de que este trabalho seja realizado o mais rápido possível, visto que as famílias encontram-se residindo nas Unidades Habitacionais desde Julho/2016, caracterizando a necessidade de intervenção deste Plano com urgência para adaptação das famílias à mudança.

4.1 Critérios de seleção e hierarquização das famílias

A seleção das famílias a serem beneficiadas no PMCMV está dentro das atribuições do município responsável através da operação contratada e deve considerar critérios nacionais e municipais para hierarquização e elegibilidade. Os critérios nacionais de priorização para seleção de beneficiários no Programa segundo a Portaria nº 595/2013 conforme disposto também na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009 são:



- a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Já os critérios locais aprovados pelo Município de Fortaleza mediante Resolução nº 47 de 27 de agosto de 2013 (ANEXO B) são os seguintes:

I – Famílias beneficiárias do Programa de Locação Social, conforme o Artigo 13 da Lei Municipal nº 9.798/2011;

II – Famílias numerosas, que configure densidade excessiva de moradores por dormitório (número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório), bem como coabitação familiar, que compreenda a soma das famílias conviventes secundárias (apenas aquelas com intenção de constituir domicílio exclusivo são consideradas déficit habitacional) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto cedido por empregador;

III – Famílias da qual façam parte membros com doenças crônicas (HIV, câncer, hemofilia, cardiopatias graves). § 1º - No caso de famílias com pessoas com deficiência e idosos, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar àquelas contempladas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC); § 2º - No caso de beneficiários do Programa de Locação Social, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar os egressos dos Serviços de Acolhimento Institucional.

É importante frisar que os beneficiários do Programa devem estar obrigatoriamente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO ou serem inseridos no decorrer do processo de seleção e hierarquização.

As famílias residentes no Residencial Monteiro Lobato são oriundas do Programa de Locação Social - PLS através da Prefeitura Municipal de Fortaleza, o referido Programa atende famílias em situação de risco físico de moradia e vulnerabilidade social através de 04 (quatro) Secretarias Municipais (Secretaria



Municipal do Desenvolvimento Habitacional – HABITAFOR; Secretaria Municipal de Segurança Cidadã- SESEC; Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA; Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos - SCDH), estas de maneira articulada, procuram atender e auxiliar temporariamente as famílias que não disponham de meios materiais para adquirir ou alugar moradia. Os critérios para inserção no PLS, de acordo com a Lei Municipal nº 10.328/2015 bem como o Decreto nº 13.579, de 12 de maio de 2015 são:

I - famílias que habitem em condições subumanas, em áreas de risco iminente ou que tenham sido atingidas por qualquer espécie de desastre;

II - famílias em situação de desalojamento temporário, que já se encontrem cadastradas em programas habitacionais, e estejam em processo de reassentamento para novas unidades habitacionais;

III - mulheres em situação de violência doméstica e/ou sexual, idosos, pessoas com deficiência, enfermos graves ou arrimos de família;

IV - famílias ou pessoas em situação de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social e que se encontrem em situação de moradia de rua;

V - famílias removidas em decorrência de vulnerabilidade social;

VI - famílias vítimas de infortúnio público (enchentes, conflagrações, desabamentos e outros) que tenham sido removidas de áreas sem condições de retorno imediato, comprovadas por laudo técnico do órgão municipal competente.

Dessa forma para a seleção das 216 (duzentas e dezesseis) famílias a serem beneficiadas com unidade habitacional no Residencial Monteiro Lobato, foi considerada a hierarquização de acordo com o período de inserção destas no PLS, ou seja as famílias que se encontravam a mais tempo recebendo o benefício, tiveram prioridade no encaminhamento da documentação para análise do ente financeiro. Esta hierarquização se dá exatamente porque os critérios são semelhantes para todos os usuários que se encontram no referido Programa.



5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Proporcionar a execução de um conjunto de ações de caráter informativo e educativo junto aos beneficiários de forma a promover o exercício da participação cidadã, favorecendo a organização da população e a gestão comunitária, a fim de estimular a boa convivência entre as lideranças conflitantes existentes no empreendimento, fortalecer as potencialidades individuais e coletivas, promover a formação/capacitação profissional e qualificação de mão de obra para posterior inserção no mercado de trabalho impactando diretamente na geração de renda. Proporcionar ainda a sensibilização, esclarecimento, orientação e promoção da sustentabilidade do Residencial através de ações de educação ambiental e patrimonial com foco na adequada destinação de resíduos contribuindo na perspectiva de fortalecer a melhoria da qualidade de vida das famílias.

5.2 Objetivos específicos

- ✓ Proporcionar o conhecimento da intervenção do trabalho social e seus impactos junto às famílias do Residencial;
- ✓ Verificar junto às famílias através de visitas domiciliares as demandas que cada uma apresenta frente à nova realidade de moradia.
- ✓ Interligar os trabalhos realizados entre o Projeto de Trabalho Social com as atividades de Gestão condominial;
- ✓ Conhecer os equipamentos existentes no entorno do empreendimento dos quais os beneficiários não conheçam ou não façam uso;
- ✓ Identificar as demandas existentes das famílias beneficiárias e realizar os encaminhamentos pertinentes;



- ✓ Incentivar o desenvolvimento de lideranças representativas do Residencial;
- ✓ Esclarecer e divulgar às famílias as possibilidades de benefícios projetos e benefícios oriundos do Cadastro Único;
- ✓ Capacitar as lideranças representativas do Residencial acerca da organização e gestão comunitária;
- ✓ Estimular às famílias beneficiárias a obter uma educação formal com vistas à melhoria do nível de escolaridade das mesmas, fortalecendo o vínculo da população com as instituições escolares, garantindo através da melhoria do nível educacional a inserção no mercado de trabalho formal;
- ✓ Incentivar o desenvolvimento de lideranças que possam viabilizar a educação sanitária e ambiental de forma popular entre os moradores do empreendimento;
- ✓ Proporcionar a capacitação dos educadores ambientais acerca dos temas relacionados à preservação e defesa do meio ambiente e do patrimônio;
- ✓ Incrementar a articulação das ações por meio de parcerias/arranjos institucionais.
- ✓ Proporcionar a capacitação/qualificação dos beneficiários com vistas à sua melhoria econômica e financeira e adequação da renda da família aos gastos da mesma bem como aos gastos com a nova moradia;
- ✓ Proporcionar a educação sanitária e ambiental, visando à preservação e defesa do meio ambiente;
- ✓ Promover a propagação das informações acerca da preservação do meio ambiente através da coleta seletiva e descarte de resíduos sólidos;
- ✓ Qualificar profissionalmente os moradores em idade adulta a fim de possibilitar a inserção destes no mercado de trabalho formal e o aumento da renda familiar;
- ✓ Suscitar hábitos de saúde preventiva proporcionando a redução e prevenção de doenças que podem acometer a população e os animais domésticos;



- ✓ Estimular a reutilização de materiais descartáveis na forma de brinquedo, bem como trabalhar o desenvolvimento e ampliação da criatividade dos participantes;
- ✓ Socializar entre os moradores o trabalho e os produtos confeccionados pelos participantes dos cursos profissionalizantes;
- ✓ Viabilizar a realização eventos e atividades esportivas para favorecer a integração comunitária, assim como melhorar as condições de saúde da população;
- ✓ Identificar o nível de satisfação das famílias beneficiadas, bem como os resultados obtidos;
- ✓ Compartilhar e discutir entre as famílias os dados obtidos nas visitas.

6 PROPOSTA

De acordo com a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, Capítulo III, Título V que trata das fases de execução do Trabalho Social, a fase 3 é caracterizada como a fase Pós Contratual com o beneficiário/Pós Obra com marco temporal definido pela mudança das famílias e com prazo de execução de até doze meses. Para esta fase fica definido como Instrumento de Planejamento o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial. Dessa forma, considerando os aspectos já expostos acerca da situação atual do Residencial Monteiro Lobato, que já se encontra na fase de pós ocupação, e a necessidade de executar prontamente o TS, em consonância com a solicitação feita à Prefeitura Municipal pela Caixa Econômica Federal, elaborou-se a presente proposta de Plano de Desenvolvimento Socioterritorial consoante as necessidades identificadas entre a população. Tal projeto obteve embasamento através de levantamento realizado com aplicação de instrumental específico junto aos beneficiários no período de preparação da documentação para elaboração do dossiê das famílias.

Este PDST contempla ações/atividades que complementam a ação estrutural de realocação das famílias, englobando os eixos de atuação: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social - MOFS, Educação Ambiental e Patrimonial - EAP e



Desenvolvimento Socioeconômico - DS de acordo com o especificado na Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. A HABITAFOR, através do Ofício nº 1245/2014 (ANEXO A), deixou a cargo da Caixa Econômica Federal a contratação de empresa especializada para realização das atividades do Eixo de Gestão Condominial.

Cada um destes eixos supracitados do PDST deve prever e contemplar conteúdos mínimos e ações efetivas para a promoção destes, sendo de responsabilidade da Entidade Proponente/Executora a Prefeitura Municipal de Fortaleza através da HABITAFOR seu planejamento e execução ou ser o mesmo terceirizado mediante processo licitatório. Para a execução do Trabalho Social no Residencial Monteiro Lobato, a gestão municipal optou pela execução de forma indireta, por meio da contratação de pessoa jurídica com experiência comprovada em ações socioeducativas em intervenções de habitação. Ressalta-se ainda que as fases anteriores de seleção, construção de dossiê e acompanhamento das famílias durante o processo de análise dos dossiês por parte da Instituição Financeira - IF, bem como o Loteamento, a vistoria dos imóveis e a entrega de chaves foram realizadas em parceria entre o ente público – HABITAFOR, a IF – Caixa Econômica Federal e a Construtora ECB. Sendo, dessa forma, o eixo de Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção tendo sido realizado nesse período em consonância com os três entes supracitados.

7 DIAGNÓSTICO

7.1 Caracterização da área de intervenção e seu entorno

7.1.1 Localização da área de intervenção

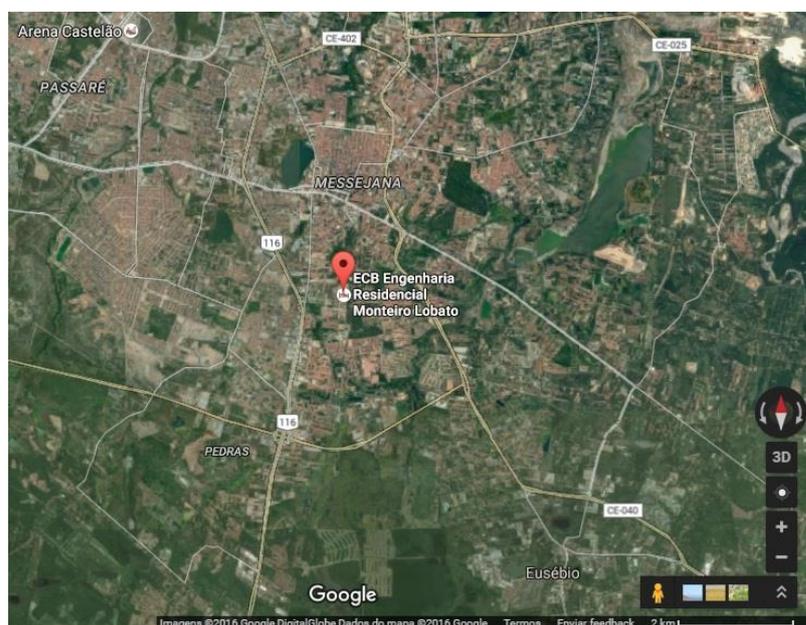
O bairro Paupina está localizado na área de abrangência da Secretaria Executiva Regional VI (SER VI) no município de Fortaleza. Esta Regional é compreendida por 29 bairros, a saber: Aerolândia, Ancuri, Alto da Balança, Barroso, Boa Vista (unificação do Castelão com Mata Galinha), Cambeba, Cajazeiras, Cidade dos



bairro afirmam que este nome apresenta sua origem da forma como os índios chamavam o Padre Francisco Pinto (Pai Pinto), no entanto, para alguns historiadores, a origem do nome se dá a partir do significado indígena de Paupina: “lagoa limpa” ou “lagoa descoberta” que faria referência à Lagoa de Paupina que se situa no entorno do bairro. Urbanizado desde os anos 70, o bairro limita-se com: Messejana, Coaçu, São Bento e Pedras.

Nas proximidades da Secretaria Executiva Regional VI (SERIV), dentro do Complexo Residencial Escritores, o Residencial Monteiro Lobato é pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1 de renda familiar de até R\$ 1.800,00) é composto de 216 unidades, em condomínio fechado e está situado à Rua Antero Quental, s/n.

MAPA 2 – VISTA ÁREA DA LOCALIZAÇÃO DO RESIDENCIALMONTEIRO LOBATO



Fonte: Google Maps – Agosto 2016.



7.2 Saneamento e infraestrutura

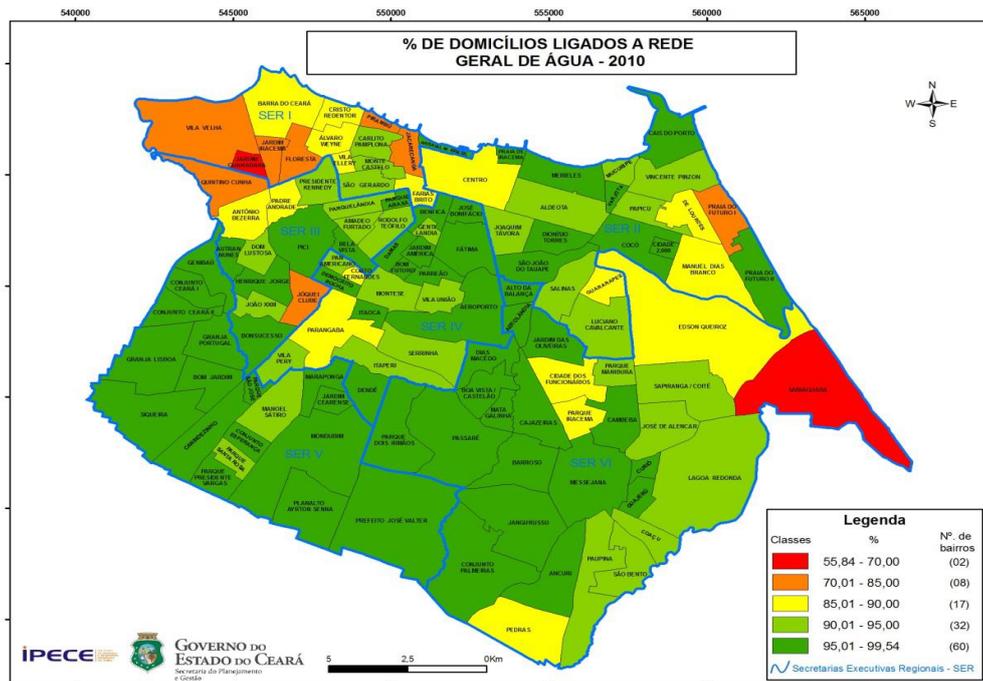
Com base em dados obtidos através do documento publicado pelo Instituto de Pesquisa de Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – Informe nº 44 de novembro de 2012 que retratou as condições domiciliares de Fortaleza por bairro, usando com fonte de dados o Censo de 2010, pode-se traçar um panorama do bairro Paupina, destacando sua situação de saneamento, relativo aos pontos que seguem abaixo.

7.2.1 Abastecimento de água

Com relação às residências ligadas a rede geral de abastecimento de água, Fortaleza possui um valor médio de 93,31%. Ressalta-se que este acesso é de imprescindível importância para a promoção da saúde e qualidade de vida da população, tendo em vista a grande quantidade de domicílios ainda sem acesso a esse fornecimento e que em muitos dos casos utiliza-se de água não-tratada, inclusive para beber. Entretanto, o bairro Paupina não figura entre os bairros com baixo percentual de acesso a esse serviço público, sendo em torno de 94,35% de seus domicílios ligados à rede geral de água.



MAPA 3 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE GERAL DE ÁGUA



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE).

7.2.2 Esgotamento sanitário

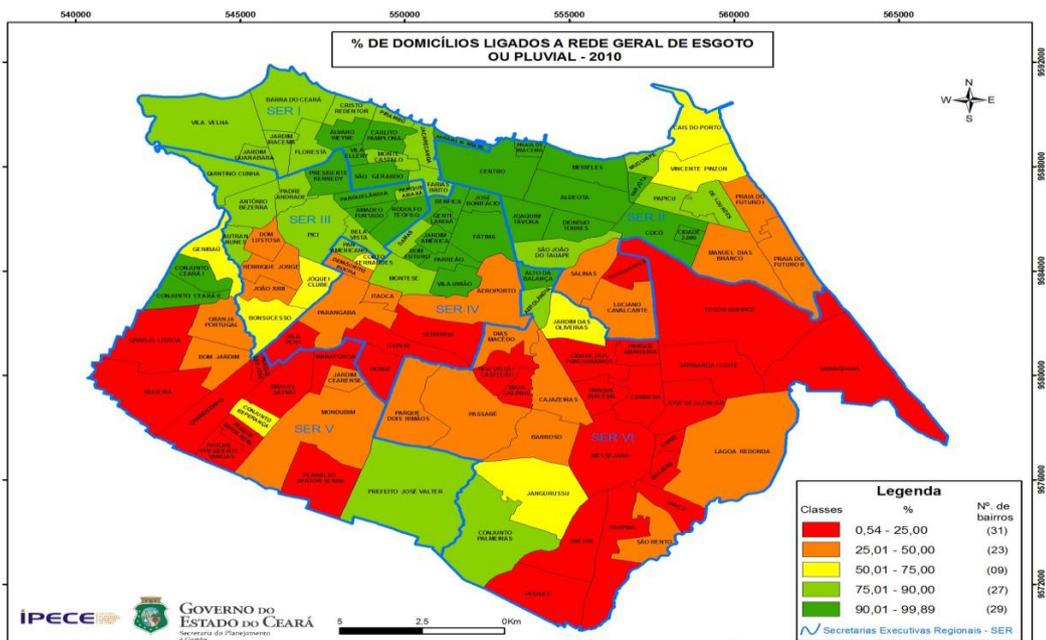
Concernente a disponibilidade de acesso ao serviço de esgotamento sanitário, em 2010 Fortaleza registrou um valor de 59,56% dos domicílios com este serviço disponível, entretanto, existe uma significativa desigualdade na oferta deste na capital, sendo possível verificar que maioria dos bairros situados nas SER I, II e III possui boa parcela dos domicílios contando com este serviço urbano e em contrapartida, os bairros da SER V e VI são os mais carentes em relação a políticas públicas de esgotamento sanitário.

Apesar dos avanços ocorridos na proporção de domicílios ligados a rede geral de esgoto ou pluvial em Fortaleza, conclui-se que a taxa de cobertura de esgotamento sanitário ainda é baixa e desigual na capital, necessitando de mais políticas de

expansão da rede de coleta de esgotos na cidade no intuito de aumentar o percentual de cobertura, trazendo, desta forma, benefícios para a população em diversas áreas, como, por exemplo, na saúde, saneamento e meio-ambiente.

Particularmente no bairro Paupina se configura entre os bairros com piores índices apresentados de domicílios ligados à rede geral de esgoto, atingindo somente 15,52%, conforme revela o mapa a seguir.

MAPA 4 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE GERAL DE ESGOTO



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE)

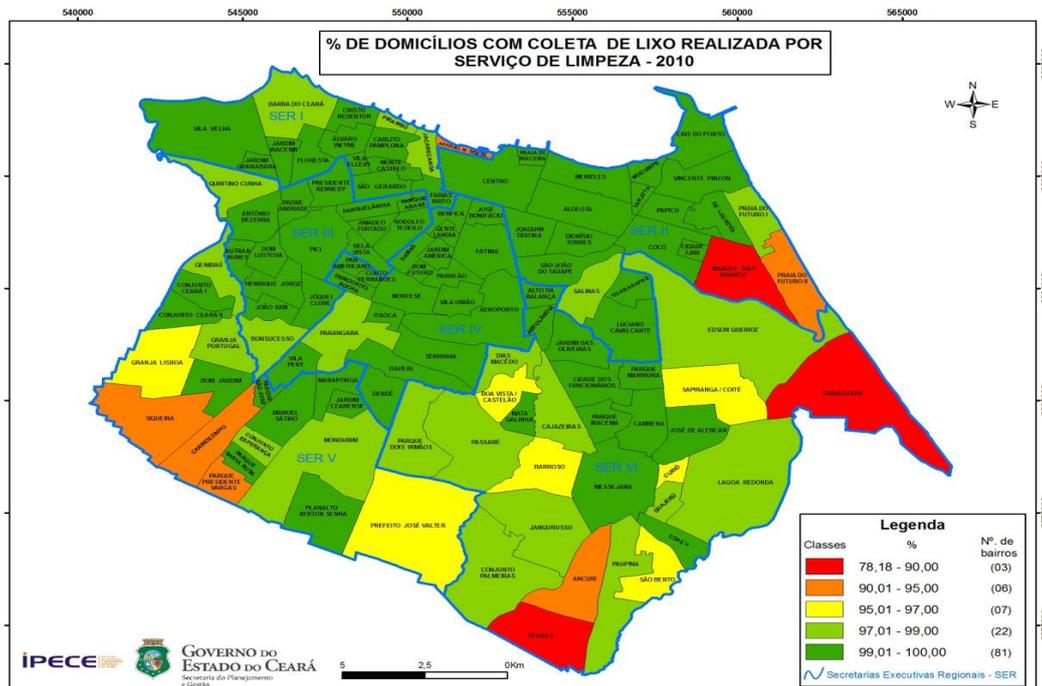
7.2.3 Coleta de lixo

A cidade de Fortaleza caminha para a universalização na oferta de coleta de lixo, possuindo um percentual de 98,75% das residências cobertas por esse serviço. A coleta de lixo dos domicílios ocasiona impactos positivos na minimização de problemas na área ambiental e de saúde pública, melhorando consequentemente a qualidade de



vida da população. O bairro Paupina possui cerca de 97% de domicílios com serviço de coleta de lixo realizado por serviço de limpeza.

MAPA 5 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO REALIZADA POR SERVIÇO DE LIMPEZA



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE.

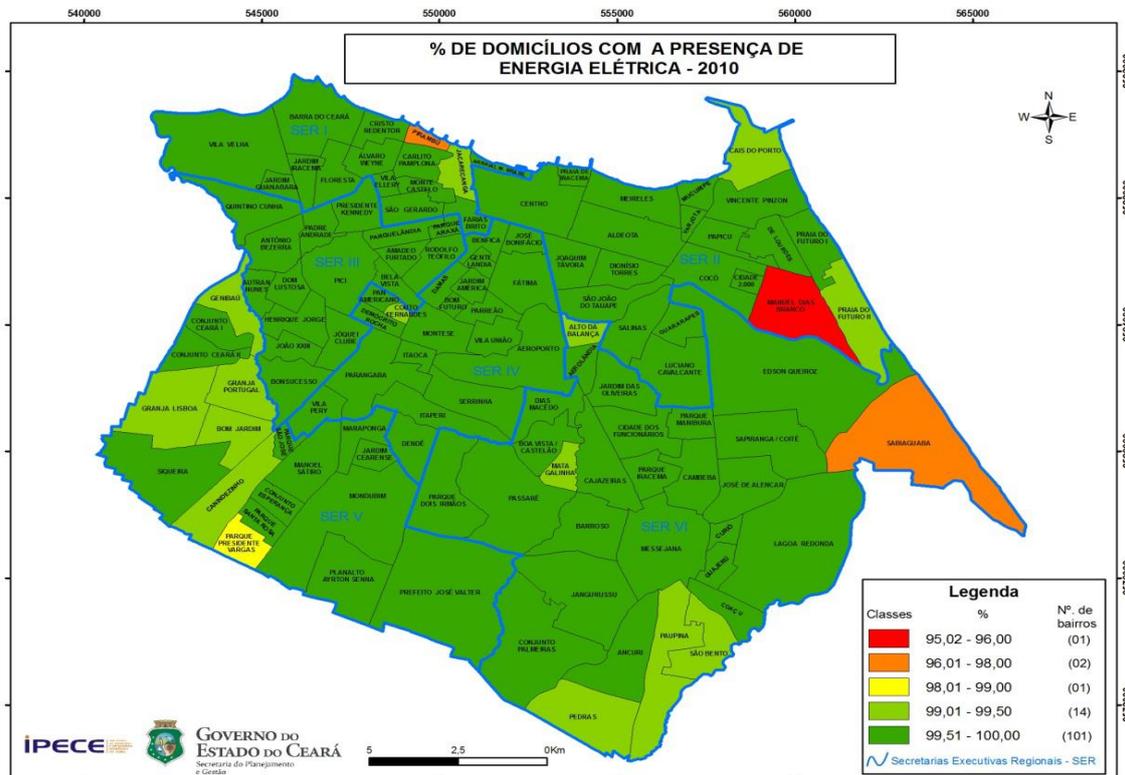
7.2.4 Energia elétrica

Assim como o acesso à coleta de lixo, a cidade de Fortaleza também caminha rumo à universalização de acesso ao serviço de energia elétrica estando disponibilizado para 99,70% das residências. O bairro Paupina possui um percentual similar de acesso de cerca de 99,43% de domicílios com a existência de energia elétrica, não figurando nesse percentual a proporção de ligações oficiais versus ligações clandestinas. O mapa a seguir exibe a distribuição territorial do indicador da proporção de domicílios com a presença de energia elétrica em nível de bairros,



podendo-se identificar os bairros com os menores percentuais que mostram-se em número reduzido em detrimento daqueles que apresentam um percentual satisfatório.

MAPA 6 - PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS LIGADOS COM EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE.

7.2.5 Uso e Ocupação do Solo

O terreno localiza-se na porção sudeste da cidade de Fortaleza, no bairro Paupina, região da cidade sob a administração da Secretária Executiva Regional VI – SER VI, no qual tem como principal via de acesso ao empreendimento a Rua Antero Quental.

A área do terreno corresponde, aproximadamente, **169.826,70m²** e está localizada na seguinte poligonal: Norte: Terreno de particular; Sul: Loteamento

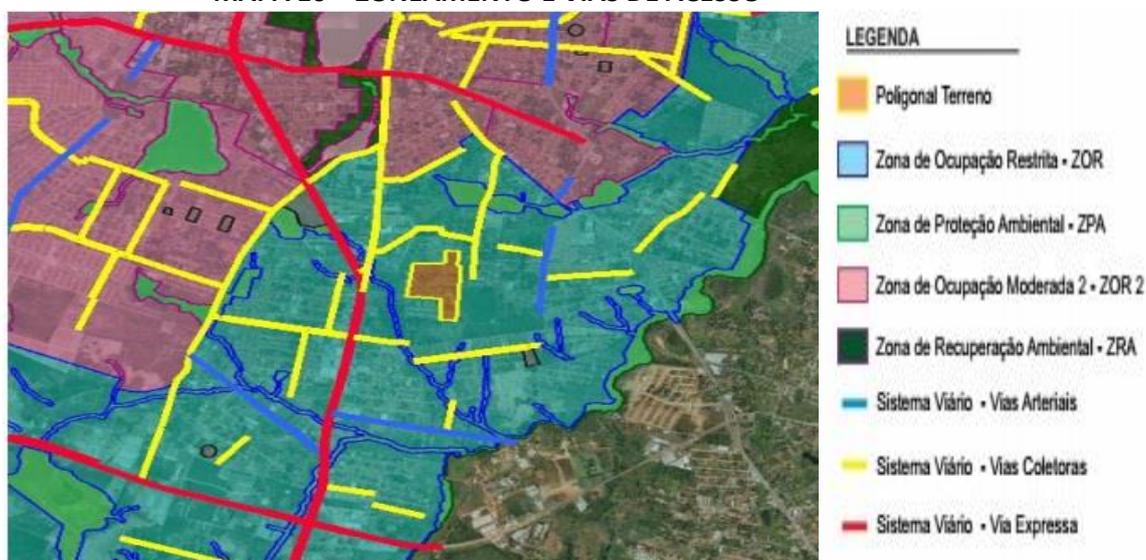


Fernando de Noronha e terreno particular; Leste: Terreno de particular e Oeste: Rua Antero Quental.

7.2.6 Zoneamento

Em se tratando do Macrozoneamento do Plano Diretor Participativo da cidade de Fortaleza de 2009 – PDPFor 2009 - está inserido na ZOR (Zona de Ocupação Restrita), que faz relação as áreas caracteriza-se pela ocupação esparsa, carência ou inexistência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de glebas e terrenos não utilizados.

MAPA 10 – ZONEAMENTO E VIAS DE ACESSO



Fonte:Habitafor, 2016.

São objetivos da Zona de Ocupação Restrita (ZOR) descritos pelo plano diretor: o de inibir, controlar e ordenar os processos de transformações e ocupações urbanas de modo a evitar inadequações urbanísticas e ambientais, implantar ou complementar a infraestrutura básica apenas nas áreas ocupadas, bem como conter a expansão e a ocupação urbanas.



O Plano Diretor regulamenta os seguintes instrumentos que deverão ser especialmente aplicados nos terrenos dessa Zona:

- I - direito de preempção;
- II - direito de superfície;
- III - estudo de impacto de vizinhança (EIV);
- IV - estudo ambiental (EA);
- V - Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

No projeto do empreendimento foram respeitadas todas as diretrizes e índices específicos de ocupação do solo para estas áreas, respeitando os parâmetros estipulado. No PDPFor 2009, tais como: **índice de aproveitamento básico: 1,0; índice de aproveitamento máximo: 1,0; índice de aproveitamento mínimo: 0,0; taxa de permeabilidade: 40%; taxa de ocupação: 45%; taxa de ocupação de subsolo: 45%; altura máxima da edificação: 15m; área mínima de lote: 150m²; testada mínima de lote: 6m; profundidade mínima do lote: 25m.**

Em relação a principal via de acesso do bairro, a Rua Padre Pedro de Alencar, o Plano Diretor Participativo de Fortaleza 2009 (PDPFor 2009) a classifica como uma Via Coletora, sendo a Rua Antero Quintal, a rua de acesso ao empreendimento, classificada como via local.

Em relação à classificação das atividades do terreno, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza (LUOS), será do grupo R (residencial) e subgrupo R (residencial) e constituído por conjunto habitacional de interesse social (grupo de prédios de apartamentos) Código 00.00.07, classe 09 – 10 PE. O número mínimo de vagas de estacionamento de veículos será de 01 vaga para 03 unidades.

Nas atividades ao sistema viário, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza (LUOS), o terreno tem uso **adequado** para a zona especial e é circundado por **vias locais**, que terá recuos de **5m de frente**, de **3 m de lateral** e de **3m de fundo**. A de Observações: Norma 06 - O acesso direto ao automóvel, quando for exigida vaga interna para estacionamento, deverá estar de acordo com o PROJETO 2



(anexo 8.1.1 da LUOS; III – em todos os pavimentos a distância mínima entre blocos deverá ser igual ou superior a duas vezes o recuo lateral exigido considerando os acréscimos decorrentes da verticalização, para a classe do subgrupo de uso. (Art.60 da LUOS).

7.2.7 Infraestrutura básica do entorno

Quanto a infraestrutura urbana relativa as vias de acesso, o terreno está inserido na poligonal formada pela Rua Antero Quental, a oeste, Terreno particular, a norte, Terreno particular a leste, e o Conjunto Fernando de Noronha e terreno particular ao sul.

O arruamento do terreno foi projetado com vias locais, distribuídas de modo a cobrir a totalidade das edificações a serem construídas. Segundo informações da ETUFOR, na localidade existem em operação 11 linhas de ônibus no qual, são utilizados 02 canais principais de passagem mais próximos do Transporte Coletivo, que é a Rua Padre Pedro de Alencar e a Rua Antero Quental(as linhas de ônibus disponíveis deverão ser abordadas de forma mais aprofundada no item 7.3.6 – Transporte Público).

Na área o fornecimento de energia elétrica é feito pela Companhia Energética do Ceará (COELCE), no qual, a rede de iluminação pública existente está passando por ampliação, para atender o acréscimo da demanda do local.

Quanto ao abastecimento de água, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), é a responsável pela distribuição na área, havendo cobertura mais próxima na Rua Antero Quental. Em relação ao tratamento de esgoto, está sendo construída uma estação elevatória que servirá exclusivamente para atender a produção de esgoto do empreendimento, localizado próximo ao acesso principal, a Rua Antero Quental e ai distribuído para a rede coletora existente na área.

Contudo, o afluente líquido tratado será jogado em uma rede de drenagem prevista no projeto, ligada a outra rede de drenagem existente no local. O projeto de drenagem de águas pluviais contempla toda a área do empreendimento e aproveita os



corpos d'água presente no mesmo para a facilitação do escoamento de água e afluentes líquidos tratados e seu encaminhamento natural.

7.3 Equipamentos comunitários e serviços públicos

A região onde se situa o Residencial Monteiro Lobato está localizada em uma área cujo acesso aos serviços essenciais de educação, saúde, esporte, lazer, transporte, entre outros se acham de fácil acesso, no entanto a quantidade de famílias que foram reassentadas - um total de 1.920 famílias, se considerados os oito empreendimentos que compõem o Complexo dos Escritores – torna difícil a possibilidade de prestação de atendimentos e serviços de qualidade nestes equipamentos.

Os referidos empreendimentos apresentam data de contratação anterior à Portaria Nº 168, do Ministério das Cidades que data de 12 de Abril de 2013, que aborda no tópico 3.4, item a.3, a necessidade de apresentar Relatório de Diagnóstico da Demanda (RDD) por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos. O RDD é um documento composto por avaliação da demanda habitacional; mapa do entorno do empreendimento; avaliação da demanda a ser gerada pelo empreendimento por educação, saúde, assistência, transporte, comércio e infraestrutura. Segundo esta Portaria, para a contratação de um empreendimento seria necessário o estabelecimento de uma matriz de responsabilidades: documento contendo descrição das medidas necessárias para suprir as demandas apontadas no Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos, acompanhado de cronograma de sua implementação, responsáveis e meios para o seu atendimento.

No entanto, como o Complexo Residencial dos Escritores foi contratado antes deste instrumental jurídico-político pode-se perceber que não foram analisadas previamente as necessidades apontadas pela Portaria nº 168, não sendo considerada assim a absorção da demanda que seria reassentada no que se refere ao atendimento



de demandas como: educação, saúde, assistência social, transporte, comércio, infraestrutura, segurança pública e lazer.

Contudo, é importante perceber que as famílias encontram-se residindo no empreendimento desde Julho/2016, dessa forma possivelmente encontraram estratégias de inserção e atendimento, ainda que parcial, nas políticas e serviços sociais. Ainda se faz necessário considerar a demanda existente de fato no empreendimento, visto que o diagnóstico - que será apresentado e aprofundado no Item 8 deste PDST - é oriundo do preenchimento de dados do Sistema de Cadastro Habitacional que foi realizado no período de coleta de documentação para elaboração do dossiê, ou seja período anterior ao processo de loteamento e entrega das unidades habitacionais.

Diante destes fatores, ressalta-se a necessidade de atuação e desenvolvimento do trabalho social para estas famílias com urgência, devendo a Equipe Social responsável atuar percebendo as principais demandas das famílias residentes. A mesma Equipe deverá considerar os arranjos familiares das pessoas que residem de fato no empreendimento, bem como as necessidades dos membros componentes, providenciando meios de provocar as Secretarias responsáveis pelo desenvolvimento das políticas sociais que deverão atender as demandas destes moradores. Para tanto, as atividades iniciais propostas por este PDST no eixo de Mobilização, Organização e Fortalecimento Social – MOFS colaboram para responder à estas necessidades.

É importante ressaltar que nos mapas apresentados a seguir a poligonal do terreno representa o Complexo Residencial Escritores, composto por 08 (oito) empreendimentos, sendo um destes o Residencial Monteiro Lobato.



7.3.1 Educação

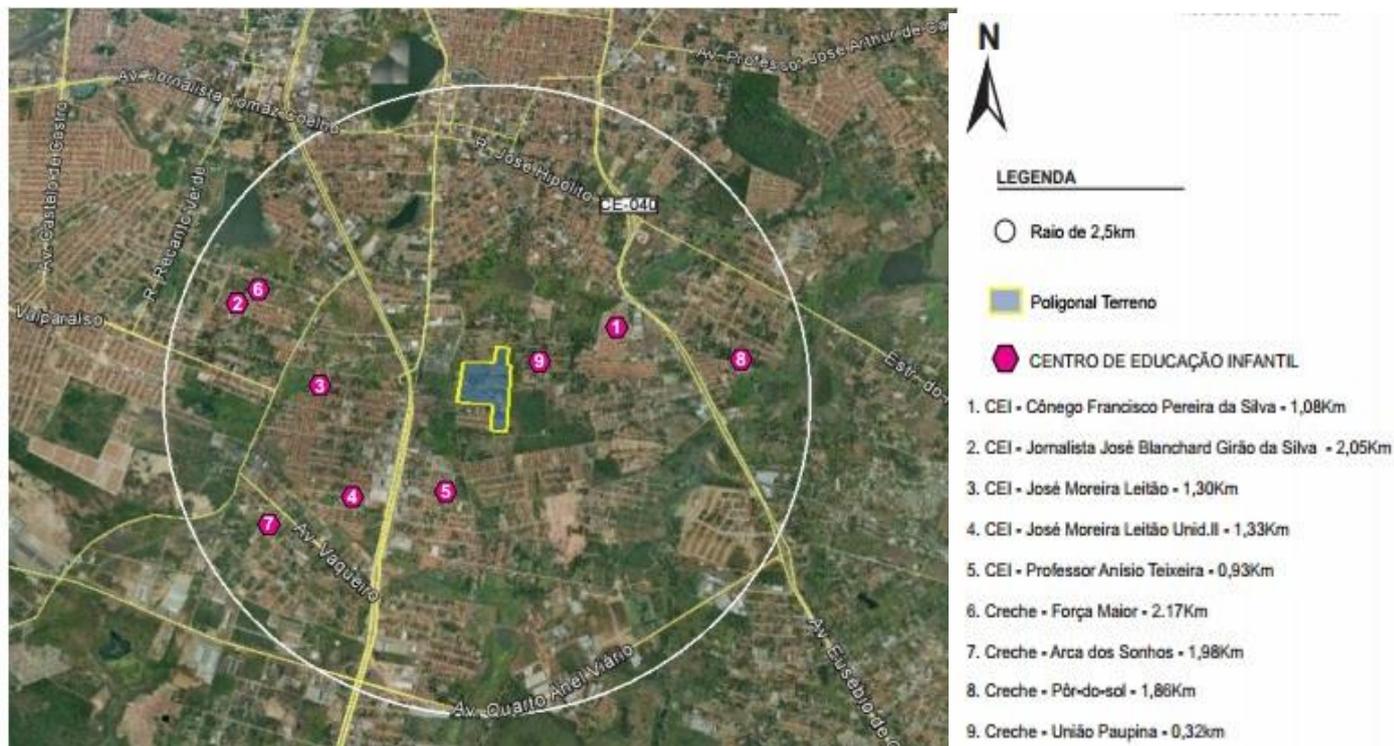
No tocante à educação infantil a região mostra-se bem suprida, pois possui 4 creches e 5 Centros de Educação Infantil (CEI's). Podemos verificar na tabela abaixo mais informações sobre estes equipamentos:

TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO RESIDENCIAL
Creche	União Paupina	Rua Luiz Francisco Xavier, 1113, Paupina.	0,32 Km
Creche	Força Maior	Rua Luciano Alves, 2971, Jangurussu.	2,17 Km
Creche	Por- do - Sol	Rua Zumbi, 430, Coaçu.	1,86 Km
Creche	Arca dos Sonhos	Rua Floresta, 180 – Messejana.	1,98 Km
CEI	Centro de Educação Infantil Jornalista José Blanchard Girão da Silva	Rua Iracema, 1110 Jangurussu.	2,5 Km
CEI	Centro de Educação Infantil Cônego Francisco Pereira da Silva	R. Francisco Moreira, 256 – Messejana.	1,08 Km
CEI	Centro de Educação Infantil José Moreira Leitão	Rua Honorina Maia, 467 Messejana.	1,30 Km
CEI	Centro de Educação Infantil José Moreira Leitão – Unidade II	Rua Jorge Da Veiga, 275, Ancuri.	1,33 Km
CEI	Centro de Educação Infantil Professor Anísio Teixeira	R. Guarani, 355 - Messejana, Fortaleza.	0,93 Km

O mapa a seguir identifica o empreendimento e situam os equipamentos de educação infantil existentes na região.



MAPA 11 – CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEI’S



Fonte: Habitafor, 2016.

Em relação aos demais equipamentos educacionais podemos perceber que a região encontra-se bem provida visto que possui 9 Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF's), 4 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF's), 3 Escolas Estaduais de Ensino Fundamental (EEEF's) e 1 Escola de Ensino Profissionalizante (EEP). Na tabela abaixo podemos ver mais detalhes acerca destes Equipamentos Educacionais:

TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO RESIDENCIAL
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Maria de Jesus Oriá Alencar	Rua 43, S/N - Conjunto São João	2,94 Km
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Guiomar da Silva Almeida	Rua Perolina de Moraes, 449 - Paupina	1,88 Km
EMEIF	Escola Municipal de Ensino	Rua Jardim Babilônia, 2 -	2,05 Km



	Infantil e Fundamental Manoelito Guimarães Domingues	Ancuri	
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Anísio Teixeira	Rua Guarani, 355 - Messejana	1,03 Km
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cônego Francisco Pereira da Silva	Rua Luiz Francisco Xavier, 256 - Paupina	1,07 Km
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Moreira Leitão	Rua Honorino Maia, 467 - Messejana	0,84 Km
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Barros de Alencar	Rua Frei Geraldo, 7570 - Jangurussu	1, 37 Km
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Jornalista José Blanchard Girão	Rua Iracema, 1110 - Jangurussu	4,23 Km
EMEIF	Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João Nogueira Jucá	Rua B, 10 - Messejana	1,66Km
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Angélica Gurgel	Rua Dr. Pergentino Maia, 375 - Messejana	2,22 Km
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Bárbara de Alencar	Rua Capitao Porfirio, 544 - Ancuri	1,16 Km
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental Demócrito Rocha	Rua Padre Pedro de Alencar, 2012 - Ancuri	0,76 Km
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental vereador José Barros de Alencar	R. Frei Geraldo, 7570 - Jangurussu	1,68 Km
EEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental Poeta Otacílio Colares	Rua Jorge Veiga, 265 - Ancuri	1,26 Km
EEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José de Alencar	Rua Veneza, 84 - Messejana	1,26 Km
EEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Deputado Paulo Benevides	Rua Angélica Gurgel, 186 - Messejana	1,95 Km
EEP	Escola de Ensino Profissionalizante José de Barcelos	Rua Angélica Gurgel, 362 - Messejana	1,97 Km



No mapa abaixo, podemos verificar o empreendimento, bem como as localidades e a distância entres os equipamentos descritos acima e o empreendimento.

MAPA 12 – EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS



Fonte: Habitafor, 2016.

Pode-se destacar que no que se refere à Educação, a Secretaria Municipal de Educação – SME, antes da entrega dos empreendimentos que compõem o Complexo Residencial dos Escritores, firmou como compromisso a utilização de algumas estratégias para o aumento de vagas nas escolas dos entorno como forma de absorver a demanda por equipamentos educacionais. Dentre estas estratégias pode-se destacar a transformação de espaços como bibliotecas e auditórios em salas de aula.



7.3.2 Saúde

A região do empreendimento é suprida por uma oferta de 03 hospitais, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA), 02 Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAP's), 1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 1 Centro de Saúde, além de 1 Centro de Especialidades Odontológicas. Suas respectivas localizações, capacidades de atendimento, podem ser observadas na tabela abaixo:

TABELA 3: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO RESIDENCIAL	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO
CEO	Centro De Especialidades Odontológica de Messejana	Rua Coronel Guilherme Alencar, s/n - Messejana	1,04 Km	1.400/ mês
UAPS	Unidade de Atenção Primária à Saúde - Messejana	RuaAveledo, s/n - Messejana	1,70 Km	32.000
UAPS	Unidade de Atenção Primária à Saúde Anísio Teixeira	Rua Guarani, 355 - Paupina	1,4 Km	32.000
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial de Messejana	Rua Manoel Castelo Branco, 700 - Messejana	3,55 Km	30/ turno/dia
CS	Centro de Saúde - Mesejana	Rua Coronel Guilherme Alencar, 758 - Messejana	2,23 Km	32.0000
Hospital	Hospital Distrital Gonzaga Mota	Av. Washington Soares, 7700 - Messejana	3,35 Km	300/ ao dia Abrangência de 200 a 300 mil habitantes
Hospital	Hospital Geral Dr. Waldemar Alcântara	Rua Dr. Pergentino Maia, 1559 - Messejana	2,36 Km	300/ ao dia Abrangência de 200 a 300 mil habitantes

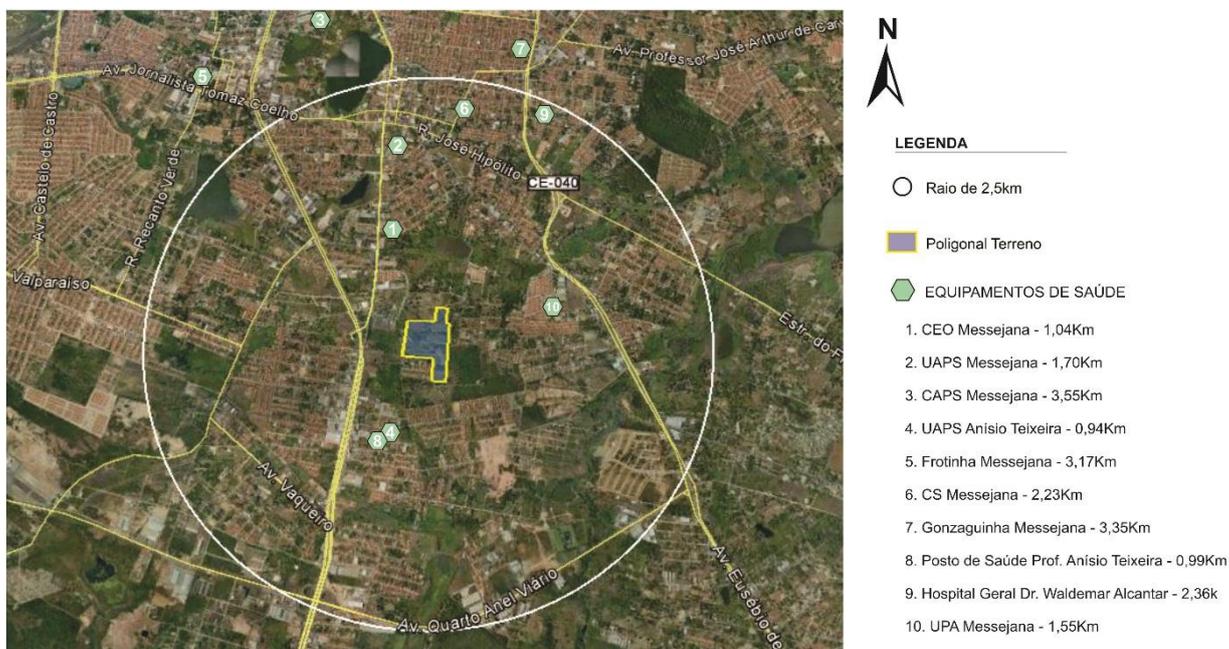


Hospital	Hospital Frotinha de Messejana	Av. Jornalista Thomás Coelho, 1578 -Messejana	3,17 Km	300/ ao dia Abrangência de 200 a 300 mil habitantes
UPA	Unidade de Pronto Atendimento de Messejana	R. Miguel Gurgel, s/n - Messejana	1,55 Km	150/dia Abrangência de 50 a 100 mil habitantes

O mapa a seguir identifica o empreendimento e situa os equipamentos de saúde existentes na região. Ressalta-se ainda que 03 (três) equipamentos se encontram fora do raio de 2,5 Km de distância do empreendimento – como podemos verificar na tabela e no mapa. Embora não encontrem-se no raio, foram listados devido ao nível de atenção à saúde que estes equipamentos possuem. Como é o caso dos dois hospitais que atendem em nível secundário, ou seja ultrapassam a atenção básica oferecida pelas Unidades de Atenção Primária à Saúde, bem como do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, que presta uma atendimento diferenciado visto que oferta serviços relacionados à saúde mental.



MAPA 13 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE



Fonte: Habitafor, 2016.

7.3.3 Assistência Social

Quanto à cobertura e à oferta na rede de serviços sócio assistenciais identificamos a existência de 02 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) na região do perímetro do empreendimento, conforme é possível observar na tabela abaixo:

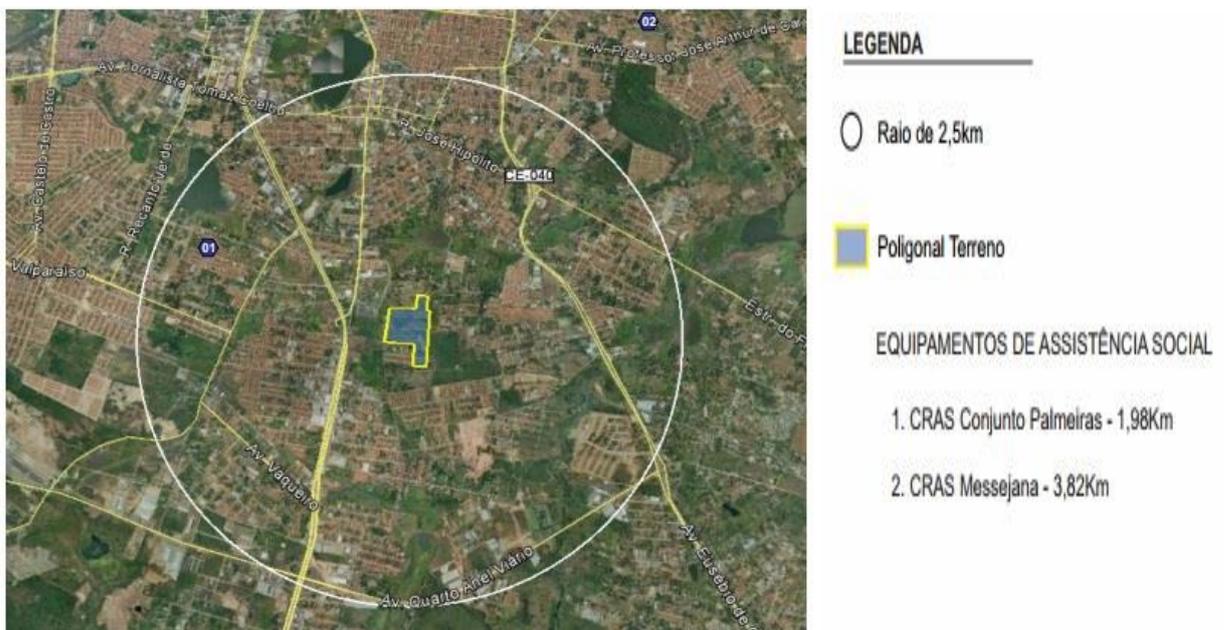
TABELA 4: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO RESIDENCIAL	REFERÊNCIA PREVISTA	REFERÊNCIA ATUAL
Centro de Referência de Assistência Social	CRAS CONJUNTO PALMEIRAS	Avenida Iracema, 1860 – Conjunto Palmeiras	1,98 Km	Até 5.000 famílias	10.453



Centro de Referência de Assistência Social	CRAS MESSEJANA	Av. Recreio,1390 - Messejana. Barroso	3,82 Km	Até 5.000 famílias	16.675
--	----------------	---------------------------------------	---------	--------------------	--------

Em seguida é possível visualizar o mapa com a localização dos equipamentos acima enumerados:

MAPA 14 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Fonte:Habitafor, 2016.

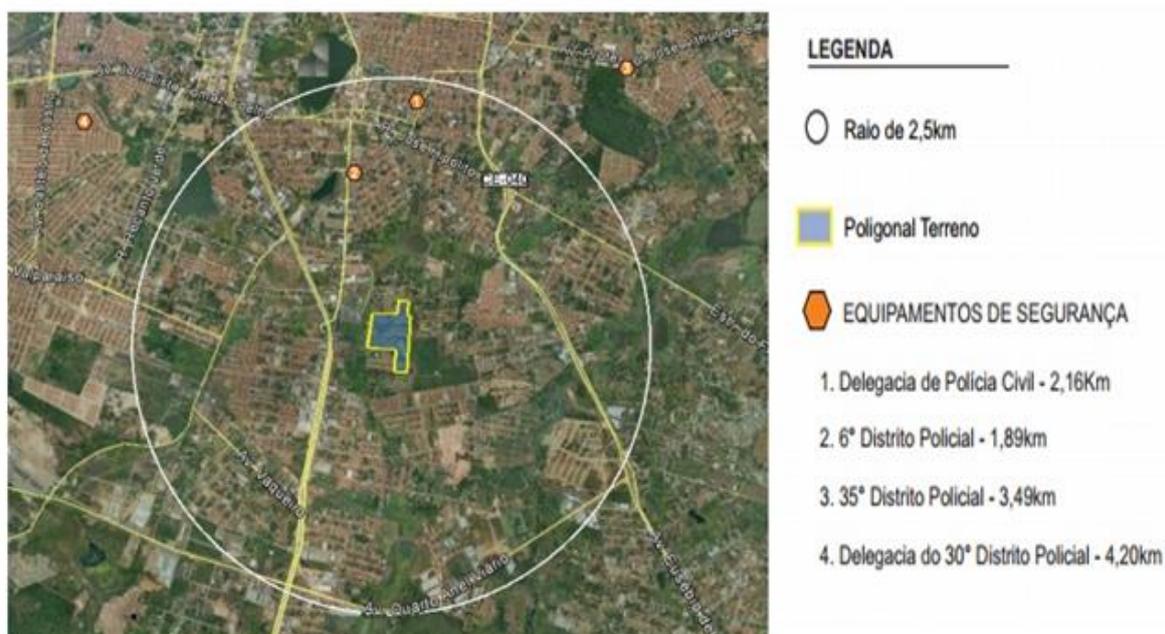


7.3.4 Segurança pública

Quanto à oferta e infraestrutura de serviços de segurança pública na região circunvizinha ao Residencial Monteiro Lobato identificou-se os seguintes equipamentos, conforme os dados apresentados com mais detalhamento na tabela e no mapa apresentados a seguir:

TABELA 5: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA			
TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA DO RESIDENCIAL
Delegacia	Delegacia de Polícia Civil	Rua Coronel Dionísio Alencar, 100 - Messejana	2,16 Km
Delegacia	6º Distrito Policial	Rua Padre Pedro Alencar, 1091 - Messejana	1,89Km
Delegacia	35º Distrito Policial	Av. Prof. José Artur de Carvalho, s/n, Lagoa Redonda	3,49 Km
Delegacia	30º Distrito Policial	Av. Gov. Leonel Brizola, 190 - Jangurussu	4,20 Km

MAPA 15 – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA



Fonte:Habitafor, 2016.



7.3.5 Esporte e lazer

Encontram-se disponíveis para esporte e lazer das famílias beneficiadas no Residencial Monteiro Lobato 7 equipamentos que podem ser visualizados no mapa abaixo. O mesmo identifica a localização bem como a distância entre estes equipamentos e o empreendimento.

MAPA 16 – EQUIPAMENTOS PÚBLICOS – ESPORTE E LAZER



Fonte: Habitafor, 2016.

Como podemos verificar no mapa, o CUCA Jangurussu, encontra-se fora do raio de 2,5 km de distância do empreendimento. No entanto, visto que se trata de um equipamento com grande potencial de atendimento – principalmente para o público jovem – no que se refere à oferta de lazer, bem como de capacitação profissional através dos variados cursos e oficinas ofertados, este CUCA foi listado entre os equipamentos que podem atender aos moradores beneficiados no Residencial.



7.3.6 Transporte público

O transporte realizado por ônibus em Fortaleza é operacionalizado pelo Sistema Integrado de Transportes (SITFOR). Suas operações foram iniciadas em 1992 a partir da inauguração de dois terminais: Messejana e Antônio Bezerra. A partir do ano de 2006 o SITFOR passou a ser regulamentado pela Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - ETUFOR, momento em que a gestão de transportes do município tornou-se totalmente pública.

O sistema proporciona ao usuário a opção de deslocamento através da integração física e tarifária em terminais de integração. A rede de linhas do SITFOR é baseada em dois tipos: as que fazem a integração bairro-terminal, as que integram o terminal ao centro da cidade ou ainda a outro terminal.

Atualmente mais de 1 milhão de passageiros por dia utilizam o SITFOR, que trabalha com 295 linhas de ônibus regulares e 22 linhas complementares realizando o transporte de cerca de um milhão de passageiros por dia. Fortaleza possui 7 terminais integrados (Antônio Bezerra, Papicu, Parangaba, Lagoa, Siqueira, Messejana e Conjunto Ceará) e 2 terminais abertos (Coração de Jesus e Praça da Estação). Além destes terminais, desde 2013, as linhas regulares e complementares apresentam a integração temporal e tarifária através do Bilhete Único. Através dessa Integração o usuário pode trocar de veículo, no intervalo de 02 (duas) horas, sem pagar outra passagem, independente do sentido e linha dos veículos.

Já na Rua Antero Quental, rua do Residencial Monteiro Lobato, circulam as seguintes linhas principais: 632 – Alto Alegre/ Messejana 1 e 620–Pedras (Corujão). Além destas, outras linhas circulam na Rua Padre Pedro de Alencar localizada nas adjacências do Residencial: 621 – Pedras I, 622 – Pedras II, 628 - Sítio São João/Santa Maria e 636 – Conjunto Palmeiras/Parque Santa Maria. A seguir demonstram-se os respectivos mapas com a identificação do itinerário das linhas que circulam mais próximas do referido residencial:

Fonte: <http://tdurand.github.io/mapafortaleza/#line/620>. Acesso em 29/07/2016.

No quadro abaixo podemos ver mais informações acerca das demais linhas que circulam no entorno do Complexo Residencial dos Escritores:

LINHAS QUE ATENDEM A ÁREA DO CONJUNTO RESIDENCIAL ESCRITORES					
ITEM	CÓD-LINHA	OBS:	FROTA	INTERVALO NO PICO(minutos)	LIGAÇÕES
1	619 - Paupina 1	3	2	20	Bairro São Bento, Paupina, Terminal Messejana*.
2	620 - Corujão / Pedras	1	1	68	Bairro Pedras, Paupina, Terminal Messejana*.
3	621 - Pedras I	2	4	17	Bairro Pedras, Terminal Messejana*.
4	622 - Pedras II	2	3	23	Bairro Pedras, Ancuri, Terminal Messejana*.
5	628 - Sítio São João / Santa Maria	2	3	15	Conjunto Palmeiras, Jangurussu, Terminal Messejana*.
6	630 - Itamaraty / Elizabeth II	2	3	15	Conjunto Itamaraty, Elizabeth II, Terminal Messejana*.
7	631 - Carlos Albuquerque	2	2	20	Conjunto Carlos Albuquerque, Terminal Messejana*.
8	632 - Alto Alegre / Messejana	1	3	12	Conjunto Alto Alegre, Paupina, Terminal Messejana*.
9	636 - Cj Palmeiras / Santa Maria 1	2	4	14	Conjunto Palmeiras, Jangurussu, Terminal Messejana*.
10	637 - Cj Maria Tomásia / Santa Filomena	2	2	22	Conj. Maria Tomásia, Conj. Santa Filomena, Terminal Messejana*.
11	639 - Planalto Coaçu / Messejana	1	3	40	Bairro São Bento, Planalto Coaçu, Terminal Messejana*.
12	653 - Santa Fé	2	2	24	Bairro Santa Fé, Ancuri, Terminal Messejana*.
13	670 - Sítio São João / Centro / Expresso 1	2	6	20	Sítio São João, Centro.
14	690 - Parque Santa Maria / Messejana 1	2	2	37	Parque Santa Maria, Terminal Messejana*.
15	703 - Paupina / Pici	1	20	8	Paupina, Washington Soares, Ant. Sales, Domingos Olímpio, Term Antonio Bezerra*.
16	725 - Parque Santa Maria / Liceu	2	14	10	Paupina, Washington Soares, Liceu.

OBSERVAÇÕES:

1 - Linhas que tangenciam o conjunto.

2 - Linhas que passam a 350metros do conjunto.

3 - Linhas que passam a 550metros do conjunto.

36



Fonte:Habitafor, 2016.

MAPA 9 – PONTOS DE PARADAS NO ENTORNO DOS RESIDENCIAIS



Fonte:GoogleMaps, 2016

LEGENDA	
	Raio de 1,0km
	Polygonal Terreno
	Caminhos Percorridos
	Res. Graciliano Ramos
	Res. Raquel de Queiroz
	Paradas de Ônibus
01. Distancia de 1,01Km	01. Distancia de 1,38Km
02. Distancia de 1,00Km	02. Distancia de 1,37Km
03. Distancia de 0,89Km	03. Distancia de 1,07Km
04. Distancia de 0,21Km	04. Distancia de 0,58Km
05. Distancia de 0,40Km	05. Distancia de 0,79Km
	Res. Monteiro Lombato
	Res. Jorge Amado
	Paradas de Ônibus
01. Distancia de 1,25Km	01. Distancia de 1,49Km
02. Distancia de 1,24Km	02. Distancia de 1,48Km



Fonte:Habitafor, 2016

8 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA

A coleta dos dados das famílias beneficiadas no empreendimento deu-se ainda no período de coleta da documentação para realização do dossiê. Na ocasião, que compreende o período de Dezembro de 2015 a março de 2016, as famílias que compareciam para entregar os documentos passavam por um atendimento específico onde um dos processos era o preenchimento dos dados no Sistema de Cadastro Habitacional, através do Boletim de Informações Cadastrais – BIC. Este Sistema permitiu que os dados fossem coletados de maneira informatizada, de forma a facilitar a posterior agregação dos dados fornecidos pelas famílias entrevistadas.

Salienta-se aqui que a caracterização deste item é referente aos beneficiários do Residencial Monteiro Lobato que foram aprovados em todas as etapas e encontram-se atualmente residindo no empreendimento, visto que alguns foram excluídos da demanda durante o processo de análise ou alguma das etapas seguintes, estes não foram contabilizados. Vale ressaltar ainda que dentre os aprovados, 02 (dois) não preencheram os dados, configurando-se então como dados não informados. A seguir apresenta-se um panorama geral das informações prestadas pelas famílias beneficiárias.



8.1 Situação de Moradia

Os dados informados nos Boletins de Informações Cadastrais acerca da condição de moradia dos entrevistados dizem respeito à residência onde os mesmos estavam ocupando durante o processo de análise. Se faz importante salientar que embora a demanda do Residencial Monteiro Lobato seja oriunda do Programa de Locação Social, estes são de bairros diferenciados e de realidades de moradia distintas como verificaremos nos dados apresentados a seguir.

8.1.1 Tempo de Moradia

Em relação ao tempo de moradia na casa em que ocupavam, podemos destacar que 44,9 % dos entrevistados residiam à menos de um ano, 46,3% encontravam-se na residência entre 01 e 05 anos enquanto uma pequena porcentagem de 6,9% estavam na mesma residência por um período entre 05 e 10 anos. Somente 0,9% afirmaram residir no mesmo local por um período superior a 10 anos

TABELA 6: TEMPO DE MORADIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
0 a 1 anos	97	44,9%
1 a 5 anos	100	46,3%
5 a 10 anos	15	6,9%
Acima de 10 anos	2	0,9%
Não Informado	2	0,9%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).



Pode-se inferir através desses números que a maioria das famílias não costuma permanecer por um longo período de tempo na mesma residência, característica comum às famílias que não possuem casa própria, residindo, dessa forma, em casas alugadas. Estas famílias costumam apresentar uma rotatividade considerável, visto que não possuem um vínculo ou mesmo um sentimento de posse em relação ao espaço habitado.

8.1.2 Condição de Moradia

Como explicitado anteriormente, as famílias atualmente residentes no Residencial Monteiro Lobato, são em sua totalidade advindas do Programa de Locação Social – PLS se configurando portanto, como famílias residentes em casas alugadas.

TABELA 7: CONDIÇÃO DE MORADIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Alugada	214	99%
Não Informado	2	1%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Vale ressaltar que o quantitativo de não informado é referente às famílias que não preencheram o instrumental, no entanto as duas também apresentam como condição de moradia casas alugadas, perfazendo portanto 100% da demanda do residencial.

8.1.3 Procedência da Família



No que se refere à procedência da família, foi constatado que 94% das famílias são provenientes de outro bairro, seguidos de 1% vindos do mesmo bairro de Fortaleza, e ainda 5% que não informaram os bairros de origem, conforme está especificado a seguir:

TABELA 8: PROCEDÊNCIA DA FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Outro bairro	204	94%
Mesmo bairro	2	1%
Não Informado	10	5%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Podemos inferir que pelo fato de uma quantidade relevante (94%) de pessoas terem vindo do de um bairro distinto, sendo estes bairros diversos, a adaptação à nova localização da moradia requereu readequações mais expressivas, como o reconhecimento do novo território, bem como das instituições de atendimento das necessidades das famílias.

8.1.4 Habitação predominante

Identificou-se a tipologia construtiva da moradia anterior como sendo em sua predominância (98,61%) dos casos de alvenaria, o que não implicará em grandes mudanças ou adaptações a nova moradia conforme é possível verificar na seguinte tabela:



TABELA 9: TIPOLOGIA DE CONSTRUÇÃO

COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Alvenaria	213	98,61%
Taipa	1	0,46%
Não informado	2	0,93%
TOTAL	216	100%

Somente um morador afirmou residir em uma unidade habitacional com tipologia de construção de taipa. Havendo ainda as duas famílias que não preencheram o instrumental específico de coleta de dados.

8.1.5 Existência de situações de risco

Conforme estabelecido na Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013, que revogou a Portaria nº 610 de 26 de dezembro de 2011 do Ministério das Cidades que dispõe sobre os parâmetros de priorização para o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV fica estabelecido entre outros, a nível nacional, para seleção e indicação das famílias, àquelas residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas. As famílias selecionadas para o residencial Monteiro Lobato apresentavam a situação de vulnerabilidade em relação à moradia. No entanto, como disposto anteriormente as mesmas se encontravam em atendimento provisório pelo Programa de Locação Social – PLS, este busca atender a família de forma a prover condições dignas de moradia, retirando-as das áreas de risco físico e insalubridade. Dessa forma, veremos na tabela a seguir que a grande maioria das famílias (90,74%) informaram que não residem em área de risco em detrimento de (8,33%) que afirmam ainda residir em áreas com essas características.

TABELA 10: SITUAÇÃO DE RISCO

COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Não	196	90,74%
Sim	18	8,33%
Não informado	2	0,93%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Dentre as famílias entrevistadas que afirmaram ainda residir em áreas de risco físico, 60% apresentam como situações de risco recorrente de alagamento dos domicílios, sendo os outros riscos: deslizamento, soterramento, erosão e insalubridade, que ao todo somam 30% dos casos, conforme especificado abaixo:

TABELA 11: TIPO DE RISCO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Alagamento/Inundação	10	50%
Alagamento/Inundação, Estrutural	1	5%
Alagamento/Inundação, Insalubridade	1	5%
Deslizamento / Soterramento	2	10%
Erosão, Insalubridade	1	5%
Estrutural	1	5%
Insalubridade	2	10%
Não Informado	2	10%
TOTAL	20	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

8.2 Perfil dos titulares do imóvel

As informações a seguir se referem à condição socioeconômica dos titulares dos imóveis. Os dados referente ao gênero, faixa etária, escolaridade e situação



empregatícia colaboram no diagnóstico do perfil desses titulares beneficiados no empreendimento Monteiro Lobato.

8.2.1 Gênero

Através da análise identificou-se que das 216 famílias, 186 titulares dos imóveis são do sexo feminino, o que representa 86,1% e apenas 13% das unidades possuem a titularidade em nome de homens, fato que reflete a preferência para que a titularidade de imóveis de programa de habitação de interesse social seja feminina. Seguem os dados representados na tabela abaixo:

TABELA 12: SEXO DO TITULAR DOS IMÓVEIS		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Feminino	186	86,1%
Masculino	28	13,0%
Não Informado	2	0,9%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Contudo, podemos diferir a titularidade do imóvel do quesito chefe de família, ou seja, da responsabilidade de prover o sustento desta. Com base nisto, identificou-se que no residencial em questão, 158 famílias são chefiadas por mulheres, enquanto as demais 56, são mantidas por homens, conforme vislumbramos na tabela abaixo. Disto podemos apreender que apesar das mulheres representarem 73% dos chefes de família, as demais mulheres beneficiadas e que se configuram como titulares podem não estar inseridas no mercado de trabalho.

TABELA 13: CHEFE DE FAMÍLIA QUANTO AO GÊNERO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA



Feminino	158	73%
Masculino	56	26%
Não Informado	2	1%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

8.2.2 Faixa etária

Referente à faixa etária, a maioria dos titulares encontra-se na faixa de adultos entre 26 e 50 anos, faixa etária produtiva, que se somados representam percentual que corresponde a 68% do total. Já os idosos a partir de 60 anos de idade representam 8% do total dos chefes de família, representando dezoito responsáveis familiares, conforme observado na tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
20 a 25	26	12%
26 a 30	42	20%
31 a 40	65	30%
41 a 50	39	18%
51 a 60	24	11%
Acima de 60	18	8%
Não Informado	2	1%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).



Diante dos dados acima elencados percebe-se que a grande maioria dos titulares está na faixa etária produtiva, fator que justifica o fato de proverem o sustento de seus núcleos familiares.

8.2.3 Escolaridade

No que se refere à escolaridade dos titulares identificou-se, segundo os dados apresentados na tabela abaixo que a maioria (o equivalente a 53,2% do total), tem o ensino fundamental incompleto.

Ao compararmos a faixa etária e a escolaridade dos titulares podemos apreender a probabilidade de que grande parte destes esteja inserida no mercado informal de trabalho, haja vista a baixa escolaridade encontrada entre aqueles que responderam ao cadastro.

TABELA 15: GRAU DE ESCOLARIDADE DO TITULAR		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Alfabetizado(a)	6	2,8%
Analfabeto(a)	15	6,9%
Curso Superior Completo	2	0,9%
Curso Superior Incompleto	2	0,9%
Ensino Fundamental Completo	23	10,6%
Ensino Fundamental Incompleto	115	53,2%
Ensino Médio Completo	21	9,7%
Ensino Médio Incompleto	30	13,9%
Não Informado	2	0,9%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/lplanfor, Agosto/2016).

A tabela a seguir traz a proporção absoluta e relativa de titulares que se encontram inseridos em instituições de ensino e percebeu-se que apenas uma parcela



mínima destes continua estudando sendo apenas a 4,6% do total, representados por apenas 10 dentre os 216 titulares.

TABELA 16: SITUAÇÃO DE ESTUDO ATUAL DO TITULAR		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	10	4,6%
Não	204	94,4%
Não Informado	2	0,9%
TOTAL	216	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Diante dos dados acima identificados podemos concluir que embora a maioria dos titulares apresentem uma baixa taxa escolaridade (entre o analfabetismo e o ensino fundamental incompleto) perfazendo um quantitativo de 75,3%, os mesmos titulares não se encontram inseridos em instituições de ensino. Assim, a baixa escolaridade dos titulares se apresenta como um quadro difícil de ser revertido, pois 94,4% destes atualmente não estudam. Com isto, mostra-se a necessidade evidente de sensibilização em relação ao retorno aos estudos e capacitação desta população como forma de inserção em melhores vagas no mercado de trabalho.

8.2.4 Situação empregatícia

Com relação ao sustento das famílias identificou-se que entre os titulares 42 estão desempregados o que corresponde a 19,4% do total. Ressalta-se que dentre estes, 13% mencionaram exercer atividade laborativa estando devidamente empregados. Somados aos 59 titulares autônomos e 17 que trabalham de forma eventual, temos 44,3% trabalhando e conseqüentemente com alguma fonte de renda.

TABELA 17: CONDIÇÃO FUNCIONAL DO TITULAR		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA



Aposentado(a)	9	4,2%
Autônomo(a)	59	27,3%
Desempregado(a)	42	19,4%
Empregado(a)	28	13,0%
Eventual	17	7,9%
Não possui	54	25,0%
Pensionista	5	2,3%
Não Informado	2	0,9%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Paralelamente aos dados informados sobre a condição funcional dos titulares, temos como informação das famílias que 35,2% destes não possuem vínculo empregatício, realizando alguma atividade laborativa informalmente seja autônomo ou eventual. Então apesar de quantidade considerável estar trabalhando, a maioria destes exercem atividades sem qualquer vínculo. Ou seja, embora se apresente um quantitativo 104 titulares exerçam algum tipo de atividade remunerada, somente 23 informam que possuem algum tipo de vínculo. As tabelas a seguir mostram os dados relatados:

COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Não	191	88,43%
Sim	23	10,65%
Não Informado	2	0,93%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Dentre os 23 titulares que informaram possuir vínculo empregatício, 22 têm vínculo de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ou seja trabalham



com carteira assinada, e 1 trabalha em regime estatutário. A tabela a seguir mostra este quantitativo, bem como a porcentagem relativa.

TABELA 19: TIPO DE VÍNCULO DO TITULAR		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
CLT	22	96%
Estatutário	1	4%
TOTAL	23	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

8.2.5 Profissão

Dos titulares que informaram exercer alguma profissão temos a amostra de 214 das 216 famílias beneficiadas, pois 02 cadastros não foram respondidos, não podendo portanto ser informadas as profissões exercidas pelos mesmos. Se relacionarmos trabalho e nível de escolaridade, isso refletirá nos tipos de profissões/ocupações por eles exercidas, aquelas que exigem maior qualificação da mão de obra são menos frequentes, considerando que 89,2% dos titulares não concluíram os estudos. Das 27 profissões informadas, pouquíssimas apresentam necessidade de apresentação de um grau de escolaridade avançado. A grande maioria desempenha atividades que não exigem qualificação ou escolarização, com prevalência das atividades relacionadas com tarefas domésticas, como dona de casa e diarista, seguidas de atividades como: costureiro(a) e reciclador(a), conforme é possível verificar a seguir a recorrência das principais profissões:

TABELA 20: PROFISSÃO DO TITULAR			
Nº	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
1	Agricultor(a)	2	0,9%
2	Artesão	2	0,9%
3	Atendente de telemarketing	1	0,5%
4	Auxiliar Administrativo	3	1,4%
5	Auxiliar de cozinha	2	0,9%



6	Auxiliar de produção	2	0,9%
7	Auxiliar de serviços gerais	5	2,3%
8	Babá	5	2,3%
9	Barbeiro(a)	1	0,5%
10	Comerciante	1	0,5%
11	Costureiro(a)	10	4,6%
12	Cozinheiro(a)	2	0,9%
13	Diarista	41	19,0%
14	Do lar/Dona de Casa	67	31,0%
15	Empregado(a) Doméstica	4	1,9%
16	Garçom/Garçonete	2	0,9%
17	Lavador/Lavadeira	1	0,5%
18	Manicure	2	0,9%
19	Motoboy	1	0,5%
20	Não Informado	2	0,9%
21	Não possui	9	4,2%
22	Operador de Caixa	2	0,9%
23	Outra	9	4,2%
24	Pedreiro(a)	3	1,4%
25	Pintor(a)	1	0,5%
26	Professor(a)	1	0,5%
27	Recepcionista	3	1,4%
28	Reciclador(a)	9	4,2%
29	Serigrafista	1	0,5%
30	Servente	4	1,9%
31	Vendedor(a)	13	6,02%
32	Vigilante/Vigia	3	1,39%
33	Zelador(a)	2	0,93%
TOTAL		216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Os dados abaixo tratarão da situação socioeconômica dos moradores das unidades habitacionais do empreendimento Monteiro Lobato. Ressalta-se que diante do fato que os dados dos chefes de família já foram apresentados nos tópicos anteriores, nos tópicos abaixo estes não serão contabilizados novamente, sendo o quantitativo apresentado referente aos demais residentes do empreendimento (490 familiares). Vale salientar ainda que em alguns dados específicos (escolaridade e situação empregatícia) foram considerados os dados dos cônjuges (que se apresentam em um quantitativo de 52) separadamente dos demais membros da família (que se

50



apresentam em um quantitativo de 438) dada a relevância do diagnóstico de forma separada destes dados.

8.3.1 Quanto ao gênero

Observou-se que a frequência relativa de moradores no empreendimento apresenta uma concentração maior do público masculino, perfazendo um percentual total de 62%, conforme é possível observar na tabela abaixo:

TABELA 21: GÊNERO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Masculino	304	62%
Feminino	186	38%
TOTAL	490	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

8.3.2 Quanto ao tamanho

De acordo com a tabela apresentada abaixo, observou-se no Residencial Monteiro Lobato que a maioria das famílias (78%) é composta por até quatro membros. Isso significa dizer que o critério de família numerosa não se mostra relevante, uma vez que apenas 23 famílias são compostas por mais de 5 membros, o que corresponde a somente 11% do total. Na tabela a seguir podemos ver com mais detalhes os resultados acima descritos:

TABELA 22: NÚMERO DE MORADORES POR DOMICÍLIO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
1 Morador	35	16%



2 Moradores	46	21%
3 Moradores	47	22%
4 Moradores	41	19%
5 Moradores	22	10%
Acima de 5	23	11%
Não informado	2	1%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Gráfico quanto à composição por faixa etária

Realizando uma análise dos 490 moradores (somados os cônjuges e os demais membros da família – excetuando os titulares) das 216 unidades habitacionais, observou-se que a maioria (58%) encontra-se na faixa entre 0 a 14 anos, outros 31% dos membros, encontram-se na faixa etária produtiva de 18 a 59 anos, e apenas 2% são idosos acima de 60 anos, configurados em 09 indivíduos.

TABELA 23: FAIXA ETÁRIA DOS MORADORES		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
0 a 4	89	18%
5 a 9	118	24%
10 a 14	79	16%
15 a 17	47	9%
18 a 21	47	10%
22 a 24	17	3%
25 a 29	23	5%
30 a 39	38	8%
40 a 49	13	3%
50 a 59	10	2%
60 a 65	4	1%
Acima de 65	5	1%
TOTAL	490	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Pode-se perceber que, quando não se considera o percentual de titulares, a maioria da população presente no Residencial está na faixa etária entre a infância e a adolescência, sendo necessário portanto atividades voltadas para este público.

8.3.4 Escolaridade

No que se refere à escolaridade dos membros das famílias os dados dos cônjuges e dos demais familiares serão apresentados em tabelas diferenciadas, dada a necessidade de verificar os percentuais considerando o cônjuge como provedor do lar em conjunto com o titular. Dessa forma, os dados de escolaridade e de situação empregatícia foram tratados separadamente, como podemos verificar a seguir.



8.3.4.1 Cônjuge

Dentre os familiares, tem-se que 52 são cônjuges dos titulares dos imóveis, dessa forma os dados abaixo apresentam em seu total este quantitativo. Segundo consta no Sistema de Cadastro Habitacional, dentre os cônjuges a maioria (75%) não concluíram os estudos, sendo 3,8% a porcentagem de cônjuges que não tiveram acesso a nenhuma forma de ensino, sendo, portanto analfabetos.

TABELA 24: GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CONJUGES		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Analfabeto(a)	2	3,8%
Alfabetizado(a)	3	5,8%
Ensino Fundamental Completo	3	5,8%
Ensino Fundamental Incompleto	25	48,1%
Ensino Médio Incompleto	6	11,5%
Ensino Médio Completo	13	25,0%
TOTAL	52	100,0%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Embora os quantitativos expressivos de cônjuges que não concluíram os estudos, percebeu-se ainda que 100% deles não se encontram mais inseridos em instituições de ensino. Ou seja, não estudam. Como podemos ver na tabela abaixo:

TABELA 25: INSERÇÃO DOS CÔNJUGES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	0	0%
Não	52	100%



TOTAL	52	100%
--------------	-----------	-------------

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

ação
ação
direta entre o grau de escolaridade e a inserção no mercado de trabalho. Como podemos ver na tabela a seguir, devido ao baixo índice de escolarização dos cônjuges as profissões que os mesmos declaram são, em sua grande maioria, marcadas pela falta de exigência de um nível elevado de escolaridade. Ressalta-se ainda que neste momento serão apresentadas somente as profissões, no tópico a seguir serão explicitados os quantitativos bem como sua referida porcentagem de cônjuges que estão atuando nas profissões abaixo elencadas, e os tipos de vínculos que os mesmos apresentam.

TABELA 26: PROFISSÃO DOS CÔNJUGES		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Auxiliar de produção	1	2%
Auxiliar de serviços gerais	3	6%
Borracheiro(a)	1	2%
Diarista	1	2%
Do lar/Dona de Casa	3	6%
Eletricista	1	2%
Empregado(a) Doméstica	1	2%
Flanelinha	1	2%
Gari	1	2%
Motoboy	2	4%
Motorista	1	2%
Pedreiro(a)	3	6%
Pescador(a)	1	2%
Porteiro(a)	5	10%
Promotor(a) de vendas	1	2%
Reciclador(a)	3	6%
Servente	9	17%
Taxista/Mototaxista	1	2%
TI / Tecnologia da informação	1	2%
Vendedor(a)	6	12%



Vigilante/Vigia	1	2%
Não possui	2	4%
Outra	3	6%
TOTAL	52	100%

8.3.4.2 Familiares

Em se tratando dos moradores que compõem as famílias podemos verificar o quantitativo considerável de pessoas entre a Pré-escola e o Ensino Fundamental Incompleto. Vale ressaltar que, como apresentado anteriormente, o número de crianças e adolescentes que fazem parte da composição familiar também se configura de forma expressiva esclarecendo, dessa forma, os dados apresentados na tabela abaixo.

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).		
		VA
Sem idade escolar	58	13,2%
Analfabeto(a)	6	1,4%
Alfabetizado(a)	6	1,4%
Pré-Escola	73	16,7%
Ensino Fundamental Incompleto	227	51,8%
Ensino Fundamental Completo	6	1,4%
Ensino Médio Incompleto	41	9,4%
Ensino Médio Completo	19	4,3%
Curso Superior Incompleto	1	0,2%
Curso Superior Completo	1	0,2%
TOTAL	438	100,0%



Além disso, verifica-se ainda que a maioria dos familiares (60%) ainda se encontra inseridos em instituições de ensino, contribuindo assim para que estes venham a melhorar os níveis de escolaridade. Faz-se importante destacar ainda que dentre os 174 familiares que não estudam, devemos considerar os 58 que se configuram como sem idade escolar, os 19 que concluíram o ensino médio bem como o que declarou ter concluído o ensino superior. Dessa forma, temos um total de 77 pessoas que não estudam atualmente, no entanto não se apresentam com um déficit educacional visto que concluíram os estudos ou ainda não possuem idade suficiente

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

TABELA 28: INSERÇÃO DOS FAMILIARES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sim	264	60%
Não	174	40%
TOTAL	438	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

8.3.5 Situação empregatícia

8.3.5.1 – Cônjuges

Em relação à inserção no mercado de trabalho, dentre os 52 cônjuges pesquisados, percebeu-se que atualmente 34 (65,4%) encontram-se desenvolvendo atividade remunerada. Deste quantitativo, 16 (48%) possuem vínculo empregatício, ou seja, trabalham com carteira assinada; 14 trabalham de maneira autônoma e 04 desenvolvem atividade de forma eventual.



TABELA 29: SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA DOS CONJUGES				
DESENVOLVE ATIVIDADE REMUNERADA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA (RELATIVA)	TIPO DE VÍNCULO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
TRABALHA	34 (65,4%)	COM VÍNCULO	16	47%
		AUTÔNOMO	14	41%
		EVENTUAL	4	12%
		TOTAL	34	100%
NÃO TRABALHA	18 (34,6%)	DESEMPREGADOS	14	78%
		APOSENTADOS	4	22%
		TOTAL	18	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

A partir da tabela acima podemos destacar ainda que 18 (34,6%) não desenvolvem atividade remunerada. No entanto, entre estes podemos destacar 4 que são aposentados e 14 que realmente se declaram como desempregados.

8.3.5.2 – Familiares

Dentre os 438 familiares que se apresentam como composição familiar dos titulares e cônjuges acima explicitados, podemos destacar que a grande maioria é representada pelas crianças e adolescentes percebidos no ponto que discorre acerca da faixa etária. Dessa forma, se apresentam como sem idade pra trabalhar (72,15%).

TABELA 30: OCORRÊNCIA DE FAMILIARES QUE EXERCEM ATIVIDADE LABORAL		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sem idade para trabalhar	316	72,15%
Sim	31	7,08%
Não	91	20,78%
TOTAL	438	100,0%



Existem ainda 31 (7,08%) pessoas que afirmaram desenvolver algum tipo de atividade remunerada. Deste quantitativo podemos destacar que 15 desenvolvem trabalho de forma autônoma, 9 afirmaram encontrarem-se empregadas, ou seja com a

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Séguit podemos constatar essas informações visto que ela nos apresenta os tipos de vínculos que os moradores informaram possuir.

TABELA 31: TIPO DE VÍNCULO DOS FAMILIARES		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Autônomo(a)	15	3%
Empregado(a)	9	2%
Eventual	7	2%
Desempregado(a)	21	5%
Aposentado(a)	5	1%
Não possui	381	87%
TOTAL	438	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Dentre os 407 moradores que afirmaram não desenvolver atividade remunerada, podemos verificar que 381 não possuem vínculo algum (ressaltando dentro deste quantitativo aqueles que não apresentam ainda idade para trabalhar - 316), 21 que se encontram desempregados e 5 que estão aposentados.

8.4 Renda familiar



Com relação à renda familiar foi possível concluir conforme exposto a seguir que a frequência relativa de pessoas que não declaram renda alguma é de 18% das famílias que responderam à pesquisa. Também é significativo o número de famílias que declaram renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 23%, representados por 50 famílias. Dessa forma, é de grande importância que o trabalho social contemple essas famílias através de atividades que facilitem à geração de trabalho e rendadas mesmas, garantindo sua ascensão financeira bem como evitando a inadimplência em relação às parcelas da imóvel bem como as taxas condominiais. As demais famílias se dividem entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo (25%) e a maioria das famílias (31%) se apresenta com renda entre 1 e 2 salários mínimos.

TABELA 32: RENDA MENSAL FAMILIAR		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Sem renda	40	18%
Até $\frac{1}{2}$ SM	50	23%
Acima de $\frac{1}{2}$ a 1 SM	53	25%
Acima de 1 a 2 SM	67	31%
Acima de 2 a 3 SM	4	2%
Não informado	2	1%
TOTAL	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Vale ressaltar que após o lançamento da terceira fase do PMCMV, o critério de renda da faixa 1 é a família possuir renda máxima de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais), que diferencia a renda anterior estabelecida na Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013 do Ministério das Cidades, que se tratava de R\$ 1.600,00 (Hum mil e oitocentos reais). No entanto, podemos ver na tabela acima 4 famílias apresentam



renda superior a dois salários mínimos. Vale ressaltar que como mencionado anteriormente muitas famílias possuem renda porém não apresentam vínculo empregatício, sendo portanto rendas informais.

8.5 Pessoas com deficiência

Neste dado foram apresentadas todas as pessoas residentes no empreendimento, ou seja, foram verificados os titulares, cônjuges e familiares, totalizando 704 residentes. Dentre os 704 moradores, 675 afirmaram não possuir nenhum tipo de deficiência. Dessa forma, pode-se perceber que 29 apresentam algum tipo de deficiência, sendo 4 com deficiência auditiva, 9 com deficiência física, 12 com deficiência mental e 4 com deficiências associadas (2 com deficiência menta e física e 2 com deficiência mental, física e visual), como podemos ver na tabela a seguir:

TABELA 33: NÚMERO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA FAMÍLIA		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Deficiência Auditiva	4	14%
Deficiência Física	9	31%
Deficiência Mental	12	41%
Deficiência Física, Mental	2	7%
Deficiência Física, Mental, Visual	2	7%
TOTAL	29	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Com base na aplicação dos BIC's foi possível identificar também o tipo de deficiência motora que as pessoas declararam. Os quantitativos são apresentados na tabela abaixo:



TABELA 34: TIPO DE DEFICIÊNCIA MOTORA		
COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Parcial Membros Inferiores	3	23%
Parcial Membros Superiores	2	15%
Total Membros Superiores	1	8%
Total Membros Inferiores	3	23%
Total	4	31%
TOTAL	13	100%

Fonte: Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

Diante das informações acima contidas na Tabela 29, podemos concluir que no Residencial Monteiro Lobato foi obedecido o critério de seleção concernente às famílias de que façam parte pessoas com deficiência e a obrigatoriedade de reserva de 3% das unidades para este tipo de público, com 13 (treze) membros com deficiência motora, ultrapassando até mesmo a quantidade de unidades habitacionais adaptadas para pessoas com deficiência, que é de 07 (sete) apartamentos. Nestes apartamentos adaptados a prioridade foram as pessoas com deficiência total e total de membros inferiores.

8.6 Beneficiamento em programas sociais

Quanto às famílias que são atendidas por programas sociais, como mencionado anteriormente, todas estavam incluídas no Programa de Locação Social à época em que o cadastro foi respondido. Em relação aos demais tipos de benefícios, verificou-se que 61% das famílias entrevistadas recebiam o benefício do Programa Bolsa Família. No tocante ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, temos que 8% (17) famílias recebem este benefício. Todas as famílias são beneficiárias do Programa de Locação Social. Tais informações estão elencadas a seguir:



TABELA 35: FAMÍLIAS ATENDIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS		
TIPO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	PORCENTAGEM DO TOTAL GERAL
Programa Bolsa Família	131	61%
BPC	17	8%
Programa de Locação Social	216	100%

Fonte:Sistema de Cadastro Habitacional - Boletim de Informações Cadastrais (BIC) (Habitafor/Iplanfor, Agosto/2016).

9 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Das associações comunitárias presentes na região, a mais conhecida delas é a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro de Paupina, fundada em 12 de Setembro de 1986, a mesma apresenta como principal atividade a defesa de direitos sociais.

Vale ressaltar que como as famílias são em sua grande maioria oriundas de outros bairros, aquelas que se interessarem em estabelecer vínculo com alguma associação comunitária, deverão se inserir-se em associações que sejam localizadas mais próximas do Residencial.

9.1 Bases associativas

9.1.1 Associações e ONG's na região do empreendimento

A seguir trazemos um levantamento e exposição das demais associações e organizações não governamentais (ONG's) existentes na área de abrangência da Secretaria Executiva Regional VI (SER VI) o que compreende a região onde está situado o Complexo Residencial dos Escritores.



TABELA 32: LISTA DE ASSOCIAÇÕES E ONGS NA SER VI

NOME	ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	DISTÂNCIA ATÉ O EMPREENDIMENTO
Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas - AIMCA	Rua Paulo Setubal, 350 - Messejana	Assistência Social Educação Cultura Saúde	4,7 km
Fundo de Apoio Comunitário - FAC	Av. Perimetral, 5305 - Jangurussu	Assistência Social	7,2 km
Instituto de Prevenção a Desnutrição e a Excepcionalidade	Rua Profº. Carlos Lobo, 15 - Cidade dos Funcionários	Assistência Social	8,7 km
Projeto da Criança da Comunidade Unida	Av. 28 de Agosto, 1293 - Jardim União	Assistência Social Educação Saúde	9,8 km
Associação Beneficente de Valorização à Vida	Rua Serra Azul, 986 - Conjunto Palmeiras	Assistência Social	6,5 km
Associação Beneficente Euro-Brasileira – Abeb	Rua 02 de Abril, 150 – Messejana	Educação Cultura	2,2 km
Associação Comunitária dos Moradores do Bairro de Paupina	Rua Luiz Francisco Xavier, 1113 – Paupina	Assistência Social	1,6 km
Associação Comunitária do Conjunto Palmeiras	Rua Cantareira, s/n - Conjunto Palmeiras	Assistência Social	6,8 km
Associação de Apoio ao Menor Carente do Conjunto Palmeiras	Av. Castelo de Castro, 2100 - Conjunto Palmeiras	Assistência Social	5,5 km



Associação de Moradores da Favela Brejo Santo	Rua Coronel Joséde Moura, 404 - Ancuri	Assistência Social	4,5 km
Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra – ASMOAPE	Rua Jose Nogueira, 120 – Pedras	Educação	7,5 km
Associação de Pais, Mestres e Comunitários – APMC do Centro Social Dona Ângela Pompeu	Rua Olavo Bilac, 704 - Alagadiço	Educação Cultura	7,2 km
Associação Nossa Senhora da Conceição da Comunidade do Sítio São José em Messejana	Avenida Tenente José Newton, 27 - Messejana	Assistência Social Educação	4,4 km
Centro Comunitário Santa Maria	Rua Joceno Monteiro, 547 - Parque Santa Maria	Assistência Social	3,1 km
Centro de Educação Cívico de Messejana – Cecime	Rua Joaquim Bento, 462 - Messejana	Educação Assistência Social	3,8 km
Comunidade Kolping de Boa Vista	Rua General Romel, 576 - Boa Vista	Educação Assistência Social	9,0 km
Conselho Comunitário do Parque Iracema – Ccpi	Rua Inácio Vasconcelos, 663 - Parque Iracema-Messejana	Educação	5,4 km
Creche Comunitária Cantinho Feliz	Rua da Praça, 153 – Conjunto Tasso Jereissati - Jardim das Oliveiras	Assistência Social Educação Cultura	9,6 km
Fundação Beatriz	Rua Evaristo de	Assistência	9,3 km



Pitombeira	Castro, 235 - Parque Manibura.	Social	
Fundação de Assistência Comunitária Cearense - Face	Rua Santa Ângela, 579 - Messejana	Assistência Social	2,9 km
Fundação de Ciências e Pesquisa Maria Ione Xarez Vasconcelos – Funcipe	Rua Botelho Magalhães, 56 - Cidade dos Funcionários	Educação	7,8 km
Fundação Edson de Queiroz	Av. Washington Soares, 1321 - Edson Queiroz	Educação Assistência Social	11,5 km
Fundação Educacional André Luís	Av. Presidente Costa e Silva, 5255 – Jangurussu	Assistência Social	9,0 km
Instituto Volta Vida	R. Raquel Florêncio, 201 - Lagoa Redonda	Assistência Social	7,7 km
Instituto das Mensageiras de Santa Maria	Av. Washington Soares, 975 - Edson Queiroz	Assistência Social Educação	5,0 km
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis – Ider	Rua Vicente Lopes, 330 - Parque Manibura	Cultura	8,9 km
Instituto Missionário da Divina Providência	Rua José André, 495 - Lagoa Redonda	Assistência Social	7,4 km
Projeto Comunitário de Apoio ao Menor Carente	Rua Nossa Senhora de Fátima, 138 – Aerolândia	Saúde Assistência Social Educação Cultura	5,9 km
Projeto Comunitário Nova Vida	Rua da Asa, 101 Aerolândia	Assistência Social Saúde	8,8 km



		Cultura Educação	
Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Messejana	Rua 24 de Novembro, 645 – Messejana	Assistência Social	5,4 km
Sociedade Comunitária Habitacional do Barro Duro	Rua Jose Júlio Feitosa, 479 - Lagoa Redonda	Assistência Social	8,7 km
Sociedade Vinte de Agosto	Rua Frei Henrique, 48 – Messejana	Educação	4,2 km

É importante frisar frente a listagem das associações e ONG's acima que as mesmas se mostram como potenciais parceiras na execução das atividades propostas nos eixos de atuação do PDST. Conforme apregoa o Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos (RDD), na Portaria nº 168 de abril de 2013, deve-se considerar o raio de 2,5 km para o levantamento dos equipamentos que irão suprir a demanda do Residencial. Embasando-se nisso observa-se que no raio de 2,5 km encontra-se apenas 2 equipamentos sociais, deste feito não se pode restringir a possibilidade de parcerias em um raio tão ínfimo em relação a grandeza do trabalho social. Quando ampliamos o raio para 5 km verificamos a incidência de mais 09 equipamentos que vem ampliar as probabilidades consortes, e acima deste raio ainda encontramos mais entidades que possam vir a colaborar com o desenvolvimento organizativo, comunitário, sanitário, ambiental e empregatício no Residencial Monteiro Lobato.

Há de se lembrar que o Residencial dista apenas 2,5 km do Terminal de Messejana o que pode vir a facilitar o percurso das famílias até as associações e ONG's bem como o engajamento e participação dos beneficiários nas entidades elencadas, e quiçá em outras.



10 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades (ANEXO C) consiste no conjunto de ações propostas organizadas de forma gradual, racional e lógica para a concretização dos objetivos do PDST. Nele é estabelecida a demanda apresentada pela comunidade, objetivo, ação, metodologia, metas, indicadores, instrumentos de avaliação e meses de execução de cada atividade.

Destaca-se que, mediante às demandas da comunidade, o viés metodológico das atividades poderá ser alterado, desde que seja respeitado o orçamento previsto com justificativa técnica e prévio entendimento com a Unidade Executora – Prefeitura Municipal de Fortaleza. Tal alteração é pertinente para uma melhor adequação das técnicas aos objetivos de cada atividade, bem como à realidade da comunidade, visto que não modificará o valor contratual nem o objeto contratado.

10.1 Detalhamento metodológico das atividades

A metodologia do projeto constitui-se como condição fundamental para que as ações a serem desenvolvidas contribuam efetivamente para a satisfação das necessidades da população beneficiária. Aplicar uma metodologia é um desafio que exige dos profissionais envolvidos criatividade, agilidade e planejamento inteligente na adoção das soluções, seja na implementação de novas estratégias ou na melhoria das já elaboradas. No entanto, o trabalho necessita ser sistematizado a partir de uma visão estratégica da realidade da comunidade a ser trabalhada, assim como a organização e coordenação das ações a serem desencadeadas.

O trabalho consta de uma metodologia participativa e está fundamentado na concepção de educação emancipatória, percebendo o indivíduo como um todo e inserido em um contexto social, econômico, político e cultural, reconhecendo-o como



o principal sujeito propulsor de sua trajetória, capaz de discutir, refletir e realizar experiências que o ajude a superar contradições individuais e coletivas enfrentadas em seu cotidiano. Diante disso, a metodologia nesse projeto será desenvolvida com base na participação, de acordo com o contexto social, da população beneficiária, bem como, as peculiaridades da área de intervenção considerada, com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, com o pleno exercício da cidadania da população contemplada e a autogestão da comunidade. Nessa perspectiva, busca-se, de forma contínua e processual, o desenvolvimento e a autonomia das famílias para que se efetive o seu processo de transformação.

Diante disso, a metodologia proposta contém instrumentos de participação popular, de forma que os moradores assumam o papel de sujeitos no processo de realização do TS, sendo os instrumentos de avaliação desenvolvidos a partir de indicadores construídos em coerência com os objetivos estabelecidos e as atividades implantadas. As avaliações das atividades devem acontecer ao longo da execução do Projeto e devem ter caráter participativo para que se possam incidir os ajustes necessários e/ou redirecionamento das ações.

Caso as ações que não estejam contempladas nesse projeto e, porventura, surjam no decorrer do processo, deverão ser articuladas a partir do diálogo, participação e construção permanente com a população, assim como, a possibilidade de parcerias com diversas instituições governamentais e não governamentais que poderão possibilitar novas ações complementares a esse projeto e que visam dar sustentabilidade posterior às ações do mesmo.

No que se refere ao material didático que será utilizado nas atividades deverá contar com uma linguagem acessível que contemplem todos os públicos. As atividades, também, devem contar com meios lúdicos como dramatizações, colagens, fantoches, dinâmicas de grupo, rodas de conversa principalmente quando se tratar de atividades voltadas para crianças e adolescentes, para otimizar a compreensão e sensibilização dos beneficiários.



É importante ressaltar ainda que as listas de frequência a serem utilizadas nas atividades devam conter além dos nomes dos participantes, o endereço e número de telefone dos mesmos, de forma que facilite o contato com os moradores em momentos posteriores fortalecendo os vínculos e identificação com a Equipe responsável. Este contato se faz importante ainda para a realização das mobilizações para participação das atividades a serem desenvolvidas. Estas mobilizações deverão ser realizadas pela Equipe Social com 100% do público alvo de cada atividade, embora este percentual máximo não seja alcançado na participação de fato dos momentos.

Abaixo seguem as discriminações metodológicas de cada atividade a ser desenvolvida no PDST divididas pelos eixos de atuação:

10.1.1 Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social.

MOFS - AÇÃO 1: Oficina de apresentação da equipe técnica que executará as atividades do Trabalho Social, bem como expor as ações que estão contempladas nos eixos a serem trabalhados.

- Metodologia

Esta atividade tem como meta contar com a presença em massa dos moradores, sendo necessária presença de pelo menos 80% dos beneficiários a fim de se poder justificar e aprovar a atividade, haja vista ser esta a primeira atividade do processo de introdução do TS e explanará sobre todos os eixos e atividades a serem trabalhados junto às famílias. Seu objetivo é situar a população alvo sobre a dinâmica do mesmo, para fins de conhecimento, identificação de interesses em alguma atividade em particular e participação nas mesmas, além do conhecimento da intervenção e suas repercussões junto à comunidade com vistas à adesão ao Projeto. Os mecanismos de divulgação desta ação previstos são: mobilização das famílias beneficiárias por meio de convites e afixação de cartazes. Durante o desenvolvimento

70



da ação será realizada uma explanação acerca da origem dos recursos, itens de investimento, quantidade de famílias, atividades/ações previstas e prazos de execução do PTS, além de uma oficina de apresentação com interação do público-alvo, levantamento de expectativas e coleta de sugestões.

- Monitoramento

Essa atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através dos protocolos de mobilização, registro fotográfico, lista de frequência, relatório descritivo das atividades constando os principais questionamentos, contribuições, sugestões e demais informações pertinentes às atividades, percentual de famílias beneficiárias mobilizadas, percentual de participantes, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos. Sendo, através destes dados, possível verificar o grau de interação entre os moradores com a proposta do Trabalho Social, com a Equipe Social que o executará e entre os demais moradores.

MOFS - AÇÃO 2: Visitas domiciliares para levantamento de demandas junto às famílias.

- Metodologia

As visitas domiciliares deverão ser realizadas por toda a Equipe Social como forma de perceber, em cada unidade habitacional, as demandas apresentadas pelas famílias moradoras do empreendimento. A Equipe Social verificará os dados informados frente à realidade das famílias que foram reassentadas, e a realidade das instituições do entorno do empreendimento que por vezes não serão suficientes para realizar a absorção da demanda por equipamentos que prestem serviços e assistência aos moradores. Deverá ser elaborado um instrumental específico a ser utilizado na ocasião da visita de forma a conhecer a realidade da família que reside em cada imóvel, quantidade de moradores, perfil dos mesmos e demandas que cada família



apresenta frente ao acesso à equipamentos comunitários e serviços públicos como: educação, saúde, assistência social, segurança pública, entre outros. A equipe deve perceber ainda as estratégias utilizadas pelas famílias para a inserção e acesso aos atendimentos e serviços ainda que de forma parcial. Após as visitas a Equipe deve compilar os dados obtidos e elaborar um diagnóstico de levantamento de demanda. Neste diagnóstico deverão se abordados os seguintes temas: 1. Uma análise qualitativa das variáveis que indicam aquelas famílias que conseguiram atendimento ou inserção, ainda que de forma parcial, nos serviços públicos; 2. O quantitativo de famílias que ainda necessitam de atendimento; 3. Tipos de queixas e demandas apresentadas pelas famílias pesquisadas; 4. Análise Técnica acerca da capacidade de atendimento dos equipamentos sociais disponíveis e estratégias para absorção da demanda; 5. Metas de atendimentos destas demandas. Além das visitas domiciliares, as visitas institucionais (AÇÃO 3 – do eixo MOFS) também se apresentarão como aliadas para a elaboração deste diagnóstico no que se refere à capacidade de atendimento pelas referidas instituições. Posteriormente, deverão ser traçadas estratégias para solicitar, junto aos órgãos públicos responsáveis, o atendimento destas demandas.

- Monitoramento

As formas de monitoramento desta ação deverão se dar através dos dados acerca da quantidade de visitas realizadas (devendo ter um mínimo de 75% das unidades habitacionais visitadas com instrumentais aplicados) bem como com o número de mandas apresentadas pelos moradores. Deverão ser feitos os relatórios das atividades bem como deverá ser elaborado o Relatório Diagnóstico de demanda. Após a apresentação do mesmo nos Órgãos Públicos a Equipe deverá verificar as formas de atuação dos mesmos frente às demandas apresentadas.

MOFS - AÇÃO 3: Visitas institucionais para explanação da intervenção/Projeto e mobilização das parcerias/arranjos locais.



- Metodologia

Esta atividade visa a realização de visitas institucionais com o intuito de apresentar às mesmas a intervenção a ser realizada através do desenvolvimento do Trabalho Social com as famílias beneficiadas. Além da apresentação da proposta de TS, as visitas objetivam ainda o estabelecimento de parcerias com estas instituições para a colaboração com o desenvolvimento das atividades. Na ocasião a Equipe deverá ainda abordar, com os responsáveis pela instituição, o Relatório de Diagnóstico das demandas apresentadas durante as visitas de levantamento. Está prevista a realização do mapeamento de 10 instituições e realização de visitas nas mesmas. Estas deverão ser realizadas no primeiro mês dada a necessidade de conhecimento e participação do projeto desde o início por parte das instituições. Faz-se necessário ainda, para aprovação da atividade, que 100% do quantitativo de visitas estipuladas sejam realizadas pela Equipe neste primeiro momento.

- Monitoramento

Essa atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de seu desenvolvimento de acordo com o instrumental de mapeamento, os registros fotográficos, relatório descritivo das atividades constando os principais questionamentos, contribuições, sugestões e demais informações prestadas pelos representantes das instituições visitadas, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos bem como a avaliação da atividade por parte da Equipe e dos demais participantes da atividade. Sendo, através destes dados, possível verificar o grau adesão das instituições à proposta de desenvolvimento conjunto do Trabalho Social, bem como das possíveis formas de absorção das demandas dos moradores.



MOFS - AÇÃO 4: Participação nas atividades de Gestão condominial

- Metodologia

Esta ação deverá ser realizada conjuntamente entre a empresa contratada para desenvolver as atividades de gestão condominial e o proponente interligando os trabalhos desenvolvidos nos eixos do trabalho social às atividades implementadas pela gestão do condomínio. Por tratar-se de uma ação que impacta diretamente na vida das famílias moradoras do empreendimento e considerando que as determinações da comissão gestora e da empresa responsável pela Gestão Condominial devem ser baseadas na consulta e no levantamento das opiniões e propostas coletivas, a representação expressiva de 70% se faz necessária nesta atividade.

A ação se efetivará através da mobilização e convocação dos membros integrantes da comissão gestora do empreendimento para participar nas reuniões e demais moradores que desejarem ficar a par dos temas norteados pelo Eixo de Gestão Condominial.

- Monitoramento

As atividades serão verificadas e avaliadas quanto à efetividade da sua implementação através da identificação da porcentagem de famílias presentes as atividades propostas por esse eixo, registros fotográficos, lista de frequência e aplicação de instrumental de avaliação pertinente. Além disso, a Equipe responsável deverá elaborar relatórios descritivos onde deverão constar os principais pontos de discussão, interação e participação dos presentes.



MOFS - AÇÃO 5: Reunião das famílias beneficiadas com representantes das seguintes secretarias: SETRA, SME, SMS, SER VI, SEUMA e SECEL para esclarecer acerca da gestão, do acesso e serviços dos equipamentos sociais.

- Metodologia

Ação executada através de articulação prévia junto aos órgãos públicos, para fins de identificação e socialização da oferta de serviços/atividades de utilidade pública existentes em equipamentos na região. Estabelecer contato com os equipamentos das respectivas políticas de saúde, educação, assistência, esportes, cultura, lazer, entre outros disponibilizados em CRAS, CREAS, Posto de Saúde, SER VI, entre outros, apresentar o Relatório de Diagnóstico de Demanda elaborado com os dados informados nas visitas domiciliares como forma de informar a estas Secretarias as demandas da população residente no empreendimento e convidar estas Secretarias a se fazerem presentes nas reuniões. Pretende-se realizar tal ação com o máximo de órgãos existentes na regional e entorno do empreendimento e, levando-se em consideração a relevância a qual o atendimento dos equipamentos públicos tem no cotidiano das famílias, visamos realizar a atividade com presença mínima de 60% das famílias do residencial. A ação se concretizará mediante mobilização das famílias, através da distribuição de convites e afixação de cartazes.

- Monitoramento

A atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através dos protocolos de entrega de convites, da porcentagem de participantes, porcentagem de instituições presentes no evento, porcentagem de atendimentos realizados, nível de participação e de avaliação, através da aplicação de instrumental específico e do relatório da atividade onde deverão constar os principais aspectos acerca do desenvolvimento da mesma bem como da avaliação dos participantes e da Equipe. Estes dados deverão ser percebidos juntamente com a

75



efetivação da participação dos beneficiários nestes equipamentos bem como a utilização dos serviços dos mesmos.

MOFS - AÇÃO 6: Plantão Social (pouso quinzenal no Residencial).

- Metodologia

Esta atividade será realizada junto à população beneficiária através da aplicação de instrumental específico a fim de identificar as demandas geradas pela população do empreendimento e a partir delas estabelecer uma interlocução entre os entes públicos competentes visando dar respostas a tais demandas. Esta ação objetiva reconhecer e possibilitar o alcance/atendimento das necessidades dessas famílias mediante encaminhamentos ou estabelecimento de parcerias que viabilizem o acesso destas a tais serviços. O mecanismo de divulgação desta ação é afixação de cartazes. Por tratar-se de uma atividade continuada cuja adesão está atrelada à procura da população diante das demandas que vão surgindo, não se estabelece um percentual mínimo de participação na mesma.

- Monitoramento

A avaliação da efetividade de implementação da atividade mesma poderá ser confirmado mediante assentamento em livro de ocorrências, relatório, ficha por unidade habitacional, percentual de famílias beneficiárias mobilizadas, percentual de participantes, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos e número de atendimentos realizados, entre outros.

MOFS - AÇÃO 7: Assembleia para eleição de representantes de blocos.



- Metodologia

A assembleia deverá ser desenvolvida com a máxima participação dos moradores (com um mínimo de 70%) do Residencial dada a necessidade de legitimação e reconhecimento da representatividade das pessoas eleitas. Faz-se importante a participação da Equipe no esclarecimento acerca da importância do representante do bloco dentro do desenvolvimento do trabalho social: a necessidade de participação e colaboração dos mesmos nas mobilizações, nas atividades, nas avaliações, nos encaminhamentos das demandas do bloco que este representa, na proposição frente às atividades apresentadas pela Equipe, entre outros. A eleição deverá ocorrer por bloco, no entanto, a pessoa eleita deve ser aceita pelos demais moradores ainda que não residam naquele bloco, dada a importância de que estes representantes sejam aceitos e legítimos no que diz respeito à representatividade dentro do empreendimento. Vale ressaltar que será eleito um representante de cada bloco, perfazendo, portanto um quantitativo de 27 no total.

- Monitoramento

As formas de monitoramento desta ação deverão se dar através do nível de participação dos moradores de acordo com o bloco que estes residem, bem como do nível de discussão acerca da eleição dos representantes, estes dados serão verificados através da ata de reunião e devem ser abordados na avaliação da atividade. Deverá ser verificada ainda a efetivação dessas pessoas eleitas como representantes dos blocos em que residem, através da participação e envolvimento nas ações propostas pelo TS, bem como o grau de satisfação das famílias representadas pelos mesmos. Além disso, a lista de frequência bem como os registros fotográficos deverão se apresentar como meio de verificação acerca do quantitativo de presentes como garantia de legitimação da representatividade dos eleitos.



MOFS - AÇÃO 8: Oficinas de capacitação acerca da organização e gestão comunitária com as lideranças de blocos eleitas do Residencial.

- Metodologia

Atividade a ser desenvolvida para a capacitação das lideranças de blocos eleitas do empreendimento fortalecendo assim um bom relacionamento entre tais representações comunitárias existentes. A mobilização da população alvo (lideranças) será através da entrega de convites; e a ação será realizada através de oficinas de modo a capacitar ou aumentar a habilidade acerca da organização e gestão comunitária. Para aprovação da atividade se faz necessária a participação de no mínimo 90% dos representantes eleitos de acordo com o desenvolvimento das oficinas. No desenvolvimento dessa atividade deverá ser abordada com a liderança mobilizada a importância do síndico e da Comissão Gestora na organização dentro de um empreendimento do PMCMV e suas funções, assim como esclarecer que qualquer beneficiário pode ingressar em tal Comissão.

- Monitoramento

Essa atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através do protocolo de mobilização, do percentual de participantes integrantes das lideranças alvo destes encontros ou pela participação significativa de representantes destas, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos, além de registro fotográfico, lista de frequência, relatório descritivo da atividade que deverá basear-se nas atas de reunião.



MOFS - AÇÃO 9: Ação de Cidadania com a oferta de serviços de saúde, assistência social, estética e beleza, obtenção de documentos pessoais em articulação com instituições parceiras públicas e privadas.

- Metodologia

A ação será executada na perspectiva de estimular a integração das famílias com as entidades da sociedade civil representadas por associações, organizações não governamentais e afins tendo em vista a necessidade de socialização entre as representações comunitárias e as famílias beneficiárias. Os mecanismos de divulgação de tal atividade perpassam desde o contato com parceiros para realização das atividades (PROCON, SENAC, SETRA, SDE, SMS, SECEL, CUCA, SER VI) até a mobilização das famílias por meio da afixação de cartazes coloridos. Para um resultado satisfatório na realização desta atividade, se faz relevante a presença majoritária dos parceiros e o

máximo de atendimento realizados à no mínimo 60% das famílias, de acordo com as demandas e necessidades existentes apontadas pelas mesmas. Propõe-se que seja disponibilizado a estes parceiros (principalmente as Secretarias e Órgãos Públicos em Geral) um espaço específico, onde os mesmos deverão realizar atendimentos, receber as demandas dos moradores e realizar os encaminhamentos cabíveis às demandas apresentadas.

- Monitoramento

Os indicadores de efetividade do processo de implementação de tal ação bem como a verificação e avaliação da mesma se darão por meio do levantamento da porcentagem de participantes, quantidade de tipos de serviços ofertados, número de atendimentos realizados, nível de participação na mesma e nível de avaliação dos

79



participantes da ação. Para tanto serão analisados os registros fotográficos, o instrumental de avaliação da atividade por parte da Equipe e dos participantes das atividades e da frequência dos participantes. Todos estes dados deverão constar ainda no relato descritivo da ação - mobilização de parceiros e participantes e do desenvolvimento da atividade.

MOFS - AÇÃO 10: Visitas domiciliares para avaliação de pós-ocupação com os beneficiários de reassentamento acerca da intervenção.

- Metodologia

Esta ação objetiva identificar o nível de satisfação das famílias beneficiadas, bem como os resultados obtidos com as atividades realizadas com o trabalho social, tal atividade justifica-se pela necessidade de se verificar a efetividade do Trabalho Social

sobre a vida das mesmas e como esse repercutiu nos diferentes eixos de atuação do mesmo. Como forma de apreender o resultado acerca do trabalho desenvolvido pelo Trabalho Social, o nível de satisfação apontado por pelo menos 70% das famílias beneficiárias seria um número relevante para que a ação tenha efetividade. A atividade será verificada e avaliada por meio da elaboração de instrumental de avaliação do Projeto de Trabalho Social e aplicação em momentos de visitas domiciliares com posterior sistematização dos dados obtidos e elaboração de uma apresentação destes dados a ser socializadas com as famílias no Seminário de Avaliação. Na ocasião, devem-se abordar ainda as demandas apresentadas nas primeiras visitas domiciliares propostas por este Plano e a efetividade de atuação da Equipe junto aos órgãos públicos para a absorção das mesmas.

- Monitoramento

80



Os indicadores de efetividade do processo serão baseados no número de instrumentais aplicados, porcentagem de famílias visitadas, nível de participação e nível de avaliação do processo. Deverão ainda ser feitos registros fotográficos das visitas e a sistematização dos dados. Esta sistematização dará condições para ser verificado o nível de satisfação dos beneficiários acerca do desenvolvimento do trabalho social com as famílias residentes no empreendimento. Todos esses dados deverão constar nos relatórios descritivo das atividades, estes deverão abordar ainda os pontos importantes acerca da avaliação bem como os resultados obtidos no que se refere à satisfação dos moradores em relação ao trabalho social.

MOFS - AÇÃO 11: Seminário de avaliação final do projeto.

- Metodologia

O seminário final tem o objetivo de socializar com as famílias residentes os dados finais coletados durante as visitas domiciliares. A meta de participação para a aprovação da atividade é de no mínimo 70% dos moradores. A Equipe Social deverá fazer a sistematização e elaborar uma apresentação que será compartilhada com as famílias através de Datashow com os dados fornecidos pelas famílias durante as visitas bem como os dados gerais presentes nas formas de monitoramento das atividades realizadas durante o desenvolvimento do TS. Além disso, a Equipe Social deverá promover um debate onde os moradores possam interagir e expor as ideias, apresentar um comparativo entre as expectativas existentes no início da aplicação do TS e o atendimento das mesmas através das atividades desenvolvidas. Deverão ainda, nesta oportunidade, discutir acerca das condições de autogestão do empreendimento após a conclusão do Trabalho Social. Os representantes de bloco deverão atuar de forma prioritária nesse momento expondo as experiências e os logros obtidos como os



residentes do blocos representados, avaliando em conjunto tanto o trabalho da equipe quanto das instituições parceiras.

- Monitoramento

O monitoramento desta atividade se dará através da quantidade de pessoas mobilizadas em detrimento das que participaram efetivamente, dos relatos descritivos e avaliativos da atividade, dos registros fotográficos, das listas de frequência, e do nível de interação e participação efetiva dos moradores nas discussões acerca da avaliação do desenvolvimento do Trabalho Social.

10.1.2 Eixo Educação Ambiental e Patrimonial

EAP - AÇÃO 1: Assembleia para eleição de um grupo de educadores ambientais populares.

- Metodologia

Nesta atividade será eleito um grupo de educadores ambientais populares pelos moradores do empreendimento. Dessa forma, visando a legitimidade destes educadores como representantes e colaboradores da Equipe Social no desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental e Patrimonial, é necessária participação massiva dos moradores, sendo necessário no mínimo 70% de representantes das famílias. Na ocasião, a Equipe Social deverá realizar esclarecimentos acerca da importância deste grupo de educadores e das responsabilidades que essas pessoas deverão assumir dentro do desenvolvimento das atividades desse eixo, colaborando nas mobilizações e participando da atividade de

82



forma atuante como multiplicadores da educação ambiental e patrimonial, trazendo as demandas dos demais moradores e sendo propositivos no que se refere às formas de atuação da Equipe. Após a realização dos esclarecimentos deverá ser eleito um educador ambiental por bloco, somando assim um total de 27. Estes, serão capacitados para a realização da atuação frente às demandas apresentadas tanto pelo bloco em que residem e, dessa forma, representam bem como em conjunto com os demais educadores.

- Monitoramento

O monitoramento desta atividade se dará através da quantidade de pessoas mobilizadas em detrimento das que participaram efetivamente do evento, dos relatos descritivos e avaliativos da atividade, dos registros fotográficos, das listas de frequência, e do nível de interação e participação efetiva dos moradores nas discussões e na eleição dos educadores.

EAP - AÇÃO 2: Oficinas de capacitação dos educadores ambientais eleitos para que atuem como multiplicadores em educação ambiental e patrimonial.

- Metodologia

Os educadores ambientais eleitos deverão participar de 03 oficinas onde serão abordados temas relacionados à questão da educação ambiental e patrimonial, da adaptação à vivência em condomínio, das questões de adequação à nova realidade de moradia, das formas de atuação comunitária como multiplicadores dos temas com as demais pessoas residentes no empreendimento, entre outros temas que sejam considerados importantes a serem discutidos nestas oficinas de forma a capacitar para que estes possam participar de forma atuante no desenvolvimento das ações deste



eixo como facilitadores do contato e da interação entre a Equipe Social e os moradores do empreendimento. Para a aprovação, a atividade deverá contar com a participação de 80% dos educadores ambientais eleitos.

- Monitoramento

Esta atividade será monitorada através da quantidade de educadores ambientais eleitos em detrimento daqueles que realmente participaram das oficinas sendo portanto capacitados para atuação em conjunto com a Equipe Social frente aos demais moradores. Além disso, pode-se verificar os relatos descritivos e avaliativos da atividade, dos registros fotográficos, das listas de frequência, e do nível de interação entre os participantes como forma de perceber a efetivação dos eleitos como educadores legítimos.

EAP - AÇÃO 3: Oficinas de Capacitação acerca da coleta seletiva e do descarte correto de resíduos sólidos a serem desenvolvidas com as crianças e adolescentes residentes no empreendimento que se encontram no Ensino Fundamental.

- Metodologia

O objetivo desta atividade é proporcionar a educação sanitária e ambiental, visando à preservação e defesa do meio ambiente, através da sensibilização dos moradores acerca da coleta seletiva e o descarte correto dos resíduos sólidos através de crianças e adolescentes que se configuram como maioria relevante entre os moradores do Residencial Monteiro Lobato. Dessa forma, serão desenvolvidas 01 oficinas com as crianças e adolescentes que se encontram cursando o Ensino Fundamental I e 01 com crianças e adolescentes que estejam cursando o Ensino Fundamental II. As oficinas deverão contemplar cerca de 50% do total geral de crianças e adolescentes, e a participação mínima deve ser de 70% dos participantes inscritos.

84



Na ocasião deverão ser abordados temas acerca da coleta seletiva e do descarte correto dos resíduos sólidos de forma a proporcionar aos participantes o conhecimento acerca dos temas bem como a sensibilização para modificação das formas de perceber os resíduos produzidos por suas famílias. Além da capacitação os participantes deverão em conjunto com os facilitadores elaborar apresentações artísticas-culturais para apresentação na Campanha que será realizada nas escolas localizadas no entorno do Residencial, onde se apresente uma grande maioria dos moradores matriculados. A Equipe Social deverá contar com a colaboração dos Educadores Populares eleitos bem como da SEUMA para a realização dessas oficinas com esse público. Além disso, ressalta-se que dada a idade do público envolvido se faz interessante o uso de material e metodologia específica, apresentações lúdicas, dinâmicas entre outras.

- Monitoramento

Para verificar a efetividade desta atividade deverão ser feitos os relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade. Através desses instrumentais deverá ser avaliado o grau de envolvimento das crianças e adolescentes com as atividades propostas durante as oficinas bem como o nível de apreensão das mesmas acerca dos temas abordados.

EAP - AÇÃO 4: Campanha de Educação Sanitária, Saúde Ambiental e Coleta Seletiva envolvendo professores e alunos das escolas municipais do entorno do empreendimento, agentes de saúde e educadores ambientais populares eleitos.

- Metodologia



Com o objetivo de propagar as informações apreendidas durante as oficinas de capacitação realizada entre as crianças e adolescentes residentes no empreendimento, a campanha deverá ser desenvolvida em uma escola do entorno onde o maior número de participantes das oficinas esteja matriculado. Dessa forma, serão escolhidas 02 turmas do Ensino Fundamental I e 02 no Ensino fundamental II – preferencialmente aquelas em que os participantes das oficinas estejam inseridos, onde os mesmos deverão realizar apresentações acerca dos temas abordados nas oficinas de capacitação. Nesta oportunidade, deverá se contar com a colaboração dos da SMS, SEUMA e dos Educadores Populares eleitos que participaram dos momentos das oficinas para colaboração na campanha através de entrega de folhetos educativos sobre os temas relacionados bem como na realização de palestras introdutórias às apresentações dos participantes das oficinas. Estas apresentações serão elaboradas pelas crianças e adolescentes nos períodos das oficinas como forma de propagar as informações apreendidas por elas acerca dos temas abordados. O número mínimo de crianças e adolescentes participantes dessa Campanha, para a aprovação da atividade, será de 70%, a ser calculado entre o quantitativo de participantes das Oficinas de Capacitação.

- Monitoramento

Para verificar a efetividade desta atividade deverá ser feito relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade a fim de avaliar a equipe, a proposta da atividade, e o desenvolvimento da atividade em si. Através desses instrumentais deverá ser avaliado o grau de envolvimento das crianças e adolescentes com as atividades propostas na campanha bem como o nível de apreensão dos participantes acerca dos temas abordados.

EAP - AÇÃO 5: Campanha educativa de vacinação.

86



- Metodologia

Com o intuito de suscitar hábitos de saúde preventiva além de possibilitar a atualização dos cartões de vacina das crianças e evitar a proliferação de doenças nos animais domésticos, a campanha educativa de vacinação será realizada em dois momentos diferenciados com a parceria das secretarias que trabalham com saúde dentro do município (SMS, Centro de Zoonoses, Distrito de Saúde da Regional VI, Unidades Básicas de Saúde do entorno) para fornecer informativos sobre saúde preventiva e ministrar palestras acerca dos cuidados com os animais domésticos bem como dos educadores ambientais para a mobilização dos moradores e para colaboração na organização durante o desenvolvimento das campanhas. A ação deverá conscientizar e disseminar a redução de doenças que comumente surgem na população e que podem ser evitadas com a devida imunização, estimulando a população a compreender a necessidade de atualizar os cartões de vacinação das crianças, adolescentes, mulheres, homens, idosos e até mesmo os animais (cachorros e gatos). A participação dessas campanhas de vacinação deve ser de 60% dos moradores do Residencial. De acordo com a viabilidade, a Equipe Social poderá articular essas campanhas com as campanhas já agendadas pelo município.

- Monitoramento

Para a realização do monitoramento desta atividade deverá ser feito relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade a fim de avaliar a equipe, a proposta da atividade, e o desenvolvimento da atividade em si. Através desses instrumentais deverá ser avaliada a percepção dos moradores acerca da importância da saúde preventiva e dessa forma a diminuição do número de



doenças contagiosas entre os beneficiários de acordo com a quantidade de vacinas aplicadas.

EAP - AÇÃO 6: Oficinas de confecção de brinquedos a partir da reutilização de materiais recicláveis.

- Metodologia

Diante do grande quantitativo de resíduos sólidos produzidos pelos moradores aliado ao número considerável de crianças e adolescentes residentes no empreendimento, a oficina de confecção de brinquedos a partir da reutilização de materiais recicláveis deverá atender às necessidades destes dois dados unindo a reciclagem do material bem como o beneficiamento das crianças com os brinquedos produzidos nas oficinas. Para tanto será necessário que os próprios moradores colem entre si os materiais recicláveis que poderão ser utilizados nas oficinas, com a ajuda dos educadores ambientais. A produção dos brinquedos está diretamente relacionada ao tipo de material coletado. Serão desenvolvidas 04 oficinas que terão como público alvo as crianças com faixa etária entre 7 e 12 anos, que deverão ser mobilizadas em sua totalidade. Caso o número de interessados seja superior ao número de vagas, considerar como prioridade as crianças que não participaram das outras atividades (como, por exemplo, as oficinas de coleta seletiva). Considera-se o valor de 70% como percentual mínimo de participação dos inscritos de cada oficina.

- Monitoramento

O monitoramento desta atividade deverá ser feito através dos protocolos de mobilização, dos relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação

88



da atividade. A partir destes dados a Equipe Social deverá perceber ainda entre as falas dos participantes as mudanças acerca da reutilização do material reciclável.

EAP - AÇÃO 7: Oficinas socioeducativas de educação em saúde preventiva em parceria com a Atenção Básica (ACS, NASF, Equipe de Saúde da Família, Equipe de Saúde Bucal).

- Metodologia

As oficinas educativas deverão ser realizadas em dois momentos com as famílias do residencial, com o intuito de promover entre eles o hábito de saúde preventiva através do esclarecimento acerca da saúde dentro da atenção básica. A realização das oficinas poderá abordar temas como: “Prevenção é o melhor remédio”; “Bons hábitos de higiene pessoal e doméstica para a prevenção de doenças” e “Cuidados Básicos com a saúde” durante as oficinas podem ser realizadas as distribuições de preservativos e anticoncepcionais. De acordo com a disponibilidade as Equipes da Atenção Básica poderão disponibilizar vacinas a serem aplicadas nos participantes. As Equipes de ACS, caso sintam necessidade podem ainda realizar encaminhamentos e acompanhá-los na rede pública de saúde através da atenção básica. O percentual mínimo de participação é de 70% de representantes de unidades familiares.

- Monitoramento

A atividade será monitorada a partir dos relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade, que deverá mensurar o desempenho das equipes facilitadoras bem como o grau de satisfação com o desenvolvimento da atividade e a importância dos temas abordados na realidade vivenciada pelos

89



beneficiários participantes. Caso sejam disponibilizadas, a quantidade de vacinas aplicadas pode colaborar no monitoramento da atividade.

EAP - AÇÃO 8: Torneios esportivos com as crianças e adolescentes do Residencial.

- Metodologia

Diante da quantidade considerável de crianças e adolescentes residentes no empreendimento e com o intuito de promover a realização de eventos e atividades esportivas voltadas para este público, este torneio será realizado no próprio empreendimento, no espaço esportivo existente no mesmo. A mobilização e organização dos times que deverão competir poderá ser realizada pelos educadores ambientais comunitários em conjunto com as crianças e adolescentes interessados em participar e com a Equipe Social responsável pelo desenvolvimento do TS, que deverá providenciar as fichas de inscrição e o acompanhamento nas mobilizações e desenvolvimento do torneio em si. Os esportes que deverão fazer parte do torneio também serão escolhido de acordo com o interesse dos times que se apresentarem para a inscrição. Além de garantir acesso ao lazer, esta atividade busca viabilizar a melhoria das condições de saúde através da prática esportiva. O percentual mínimo de participação é de 50% das crianças e adolescentes do empreendimento.

- Monitoramento

A atividade será monitorada a partir dos relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, das fichas de inscrição preenchidas e da quantidade de participantes (times formados). A partir deste dado a Equipe poderá verificar a grau de interação e participação das crianças e adolescentes bem como o envolvimento dos familiares destes na colaboração com desenvolvimento do evento esportivo.



10.1.3 Eixo Desenvolvimento Socioeconômico

DS - AÇÃO 1: Oficina de apresentação dos programas, projetos e benefícios disponibilizados pelo Cadastro Único, de acordo com os critérios estabelecidos para atendimento em cada quesito.

- Metodologia

A oficina objetiva esclarecer/informar à população residente no empreendimento sobre os benefícios oriundos do Cadastro Único tais como tarifa social de energia, carteira nacional de habilitação popular, telefone popular, isenção de concursos públicos federais, Programa Bolsa Família, Carteira Nacional do Idoso, Passe-Livre para Pessoa com Deficiência e outros programas, projetos e benefícios criados localmente. A ação se efetivará mediante a articulação junto à SETRA que deverá colaborar com representantes para realiza as palestras, discussões e retirada de dúvidas, bem como fornecer materiais informativos acerca destes benefícios, os meios de divulgação da atividade serão através da mobilização das famílias por convites e afixação de cartazes e a realização em si da oficina.

- Monitoramento

A avaliação e verificação da implementação da mesma se dará mediante avaliação da quantidade de protocolos de mobilização, de famílias participantes, do nível de participação, do nível de avaliação, da elaboração de relatório da atividade, da frequência da atividade, dos registros fotográficos e da aplicação de instrumental de avaliação da atividade. Para consolidarmos a efetividade de tal atividade é proposta a participação mínima de 50% da população residente no empreendimento com vistas a

91



socializar informações a uma população cujo perfil é eminentemente de baixa renda, possibilitando a elucidação de dúvidas sobre os diversos programas sociais do Governo Federal e a inserção de pessoas que apresentem as condicionalidades necessárias, mas que por ventura, não estejam inseridas nos mesmos.

DS - AÇÃO 2: Oficinas de apresentação e sensibilização para o engajamento nos programas educacionais: EJA, PROJOVEM, Ensino Regular, PROUNI.

- Metodologia

Dada a quantidade de moradores que ainda não concluíram os estudos aliado ao quantitativo de pessoas que não estão inseridas em instituições de ensino, as oficinas apresentam o objetivo de alcançar a melhoria nos índices de escolarização e conseqüentemente de acesso ao mercado de trabalho é que se propõem oficinas voltadas à socialização de informações referentes aos equipamentos de educação do entorno, identificação do número de vagas disponíveis e encaminhamento dos interessados a realizarem matrícula junto às referidas instituições (EJA, PROJOVEM, PROUNI e ensino regular). Para a implementação desta ação é necessária a busca por instituições de ensino para adultos no entorno do empreendimento que tenham capacidade de receber e atender este público de forma satisfatória, contribuindo para a melhoria dos índices de escolaridade. A ação deverá ser divulgada entre os beneficiários por meio de mobilização das famílias através de convites entregues em visitas domiciliares onde será identificado o público alvo e afixação de cartazes e através da realização da própria oficina. Para aprovação a atividade deverá contar com a participação de no mínimo 60% de moradores que ainda não concluíram os estudos.

- Monitoramento



O monitoramento e verificação da implementação desta atividade se dará mediante avaliação da quantidade de famílias participantes, nível de participação, nível de avaliação, elaboração de relatório da atividade, frequência da atividade, registros fotográficos e aplicação de instrumental de avaliação da atividade que deverá abordar entre os participantes além do grau de satisfação com a atividade, a importância dos temas abordados e a aplicação na realidade de cada um.

DS - AÇÃO 3: Oficinas dialogadas de economia doméstica e financeira (abordagem de questões relacionadas à organização e rotinas domésticas, uso e aplicação do dinheiro, organização e planejamento da vida financeira).

- Metodologia

As oficinas objetivam incentivar a organização e planejamento financeiro, a fim de que a renda dos beneficiários seja utilizada para sustento e bem estar da família, evitando o acúmulo de dívidas e uso desregrado da renda de forma a comprometer o orçamento a tal ponto que impossibilite a manutenção no empreendimento e as condições mínimas para o sustento e a sobrevivência da família. Nos casos dos beneficiários que não possuem renda fixa será ressaltada a importância do desenvolvimento de atividade remunerada e encaminhamento dos mesmos como prioridade aos cursos desenvolvidos por este Trabalho Social. A execução desta atividade se dará por meio de articulação e contato estabelecido com instituições (universidades, ONGs) que trabalhem nesta temática ou detenham conhecimento acerca dela, paralelamente ocorrerá a mobilização das famílias para se fazerem presentes tendo em vista a importância de discutir e propor medidas neste âmbito. O público alvo destas oficinas são os chefes de família que geralmente são os responsáveis por gerir a organização econômica das suas unidades familiares. O nível percentual mínimo de participação para a aprovação da atividade é de 70%



- Monitoramento

A verificação e avaliação de sua execução se dará por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a porcentagem de beneficiários presentes, nível de participação nas oficinas, nível de avaliação dos participantes, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação da atividade. Todos estes dados deverão constar nos relatos descritivos das atividades que serão elaborados pela Equipe responsável pelo desenvolvimento da ação.

DS - AÇÃO 4: Curso profissionalizante na área de Gastronomia (Confeção de bolos e tortas)

- Metodologia

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 60h/aula de forma a capacitar 20 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção das famílias no empreendimento, a autonomia e a qualidade de vida destas. Vale ressaltar que deverão ser considerados para participantes do curso, prioritariamente, as pessoas que não apresentam renda e que apresentam interesse na inserção no mercado de trabalho, e na área do referido curso. Para sua execução será possível articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação nas áreas de gastronomia, entretanto o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área dos cursos. Ressalta-se que o valor apresentado na composição de custos prevê o valor unitário por aluno estabelecido em orçamento previamente elaborado de acordo com informações dos cursos ofertados pelo SENAC e já inclui o material que o mesmo utilizará durante as aulas.

94



Além disto, o detalhamento de custos apresenta ainda a definição de um valor de ajuda de custo, como meio de prover transporte e outras pequenas despesas dos alunos durante o período de realização do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial e os interessados deverão buscar a Equipe Social para realizar a inscrição. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feita a sensibilização dos mesmos a participarem do workshop para apresentação dos seus produtos para os demais moradores do empreendimento.

- Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação do curso. A proposição deste curso se dá considerando as variáveis específicas obtidas através do diagnóstico social que revelam o perfil educacional e socioeconômico da população vislumbrada para este trabalho social considerando a expressiva porcentagem de membros das famílias que não concluíram os estudos ou mesmo que não possuem vínculo formal de trabalho. Assim para a efetividade deste curso considera-se a presença de pelo menos 80% da meta de participantes estabelecida para este curso.

DS - AÇÃO 5: Curso profissionalizante nas áreas de Administração e Empreendedorismo (Como montar seu próprio negócio)

- Metodologia

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 45h/aula de forma a capacitar 25 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de

95



qualificação profissional posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção das famílias no empreendimento, a autonomia e a qualidade de vida destas. Vale ressaltar que deverão ser considerados para participantes do curso, prioritariamente, as pessoas que não apresentam renda e que apresentam interesse na inserção no mercado de trabalho, e na área do referido curso. Para sua execução poderá se articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação na área, entretanto o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área dos cursos. Ressalta-se que o valor apresentado na composição de custos prevê o valor unitário por aluno estabelecido em orçamento previamente elaborado de acordo com informações dos cursos ofertados pelo SENAC e já inclui o material que o mesmo utilizará durante as aulas. Além disto, o detalhamento de custos apresenta ainda a definição de um valor de ajuda de custo, como meio de prover transporte e outras pequenas despesas dos alunos durante o período de realização do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feita a sensibilização dos mesmos a participarem do workshop para apresentação dos seus serviços para os demais moradores do empreendimento.

- Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação do curso. A proposição deste curso se dá considerando as variáveis específicas obtidas através do diagnóstico social que revelam o perfil educacional e socioeconômico da população vislumbrada para este trabalho social considerando a expressiva porcentagem de membros das famílias que não concluíram os estudos ou mesmo que



não possuem vínculo formal de trabalho. Assim para a efetividade deste curso considera-se a presença de pelo menos 80% da meta de participantes estabelecida para este curso.

DS - AÇÃO 6: Curso profissionalizante nas áreas de estética e beleza (Limpeza de Pele).

- Metodologia

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 40h/aula de forma a capacitar 25 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção das famílias no empreendimento, a autonomia e a qualidade de vida destas. Vale ressaltar que deverão ser considerados para participantes do curso, prioritariamente, as pessoas que não apresentam renda e que apresentam interesse na inserção no mercado de trabalho, e na área do referido curso. Para sua execução poderá se articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação na área, entretanto o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área dos cursos. Ressalta-se que o valor apresentado na composição de custos prevê o valor unitário por aluno estabelecido em orçamento previamente elaborado de acordo com informações dos cursos ofertados pelo SENAC e já inclui o material que o mesmo utilizará durante as aulas. Além disto, o detalhamento de custos apresenta ainda a definição de um valor de ajuda de custo, como meio de prover transporte e outras pequenas despesas dos alunos durante o período de realização do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá

97



ser feita a sensibilização dos mesmos a participarem do workshop para apresentação dos seus produtos para os demais moradores do empreendimento.

- Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação do curso. A proposição deste curso se dá considerando as variáveis específicas obtidas através do diagnóstico social que revelam o perfil educacional e socioeconômico da população vislumbrada para este trabalho social considerando a expressiva porcentagem de membros das famílias que não concluíram os estudos ou mesmo que não possuem vínculo formal de trabalho. Assim para a efetividade deste curso considera-se a presença de pelo menos 80% da meta de participantes estabelecida para este curso.

DS- AÇÃO 7: Curso profissionalizante na área de informática (Manutenção Básica de Computadores).

- Metodologia

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 60h/aula de forma a capacitar 25 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional com posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção destas famílias no empreendimento, autonomia e qualidade de vida. Para sua execução poderá se articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação na área, entretanto o TS já dispõe de

98



recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área dos cursos. Ressalta-se que o valor apresentado na composição de custos prevê o valor unitário por aluno estabelecido em orçamento previamente elaborado de acordo com informações dos cursos ofertados pelo SENAC e já inclui o material que o mesmo utilizará durante as aulas. Além disto, o detalhamento de custos apresenta ainda a definição de um valor de ajuda de custo, como meio de prover transporte e outras pequenas despesas dos alunos durante o período de realização do curso. A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feito encaminhamento dos alunos concludentes ao Balcão de Empregos. A proposição deste curso baseia-se na necessidade de inclusão digital dentro do mercado de trabalho e direcionamento para o empreendedorismo na criação de novos negócios. Assim para a efetividade deste curso considera-se para sua viabilidade a presença de pelo menos 80% da meta de participantes estabelecida para este curso.

- Monitoramento

A verificação e avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a porcentagem de alunos presentes, nível de participação, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação do curso.

DS - AÇÃO 8: Workshop entre os moradores e os concludentes dos cursos profissionalizantes e feirinha dos produtos confeccionados durante os cursos.

- Metodologia



Como forma de socializar entre os moradores o trabalho e os produtos confeccionados pelos participantes dos cursos profissionalizantes, este workshop com a feirinha deverá ser desenvolvido após a finalização de todos os cursos profissionalizantes que serão desenvolvidos. Na ocasião os moradores que se profissionalizaram em alguma das áreas dos cursos ofertados terão a oportunidade de apresentar as suas experiências bem como de gerar renda através da venda dos produtos ou serviços que aprenderam a confeccionar ou realizar. Os mesmos poderão ainda organizar apresentações acerca dos conhecimentos apreendidos durante o desenvolvimento dos cursos. A Equipe que desenvolverá o trabalho social deverá apresentar os registros fotográficos dos cursos e avaliar em conjunto com os participantes a importância dos mesmos na realidade dos concludentes. Será realizado um workshop que deverá contar com a participação de 80% dos concludentes dos cursos. Os moradores serão mobilizados através da afixação de cartazes bem como pelos representantes de bloco que deverão colaborar com essa mobilização.

- Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, a quantidade de produtos e serviços apresentados, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação do curso. A partir destes instrumentais a Equipe deve perceber o grau de participação e interação entre os participantes, o nível de satisfação em relação à atividade e ainda o grau de aprovação acerca dos produtos e serviços ofertados durante o workshop.

10.2 Fontes de parcerias

100



A realização das atividades do Trabalho Social prevê a participação de outros órgãos municipais e/ou instituições privadas através da formação de parcerias com as mesmas, o que se considera estratégia fundamental para a execução das metas estabelecidas. Neste contexto, elencaremos parceiros que poderão ser contatados para a execução do TS. Salientamos que deverá ser vista a possibilidade real de firmar as parcerias com os entes mencionados neste PDST, pois deve ser considerada a condição das instituições destacadas, durante o período de execução das atividades, em possuir capacidade de atender e dispor do que for necessário. Deste modo, a empresa contratada não estará restrita apenas as entidades citadas neste Projeto de Trabalho Social, podendo firmar demais parcerias que visem à realização das atividades. Descrevemos abaixo algumas instituições:

Secretaria de Trabalho Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA

Responsável pela efetivação da política de assistência social em Fortaleza, esta Secretaria possui ação descentralizada através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro Especializado de Assistência Social – CREAS. O CRAS tem o objetivo de trabalhar o fortalecimento de vínculos das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ofertando os Serviços de convivência e Fortalecimento de Vínculos e na execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF através da concessão de benefícios assistenciais, como o Programa Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada – BPC, dentre outros, e com o acompanhamento das famílias beneficiárias. O CREAS por sua vez, se caracteriza pelo atendimento de famílias que estejam em situação de violação de direitos, e é o responsável pela execução de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI, tratando de situações de violência e/ou abuso, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, medidas de proteção,



trabalho infantil, e demais casos onde ocorreu a violação de direitos. A SETRA também é encarregada por coordenar as Políticas de Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional, fomentando a geração de emprego e renda e buscando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

Criada pelo Decreto nº 13.128/2013, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE tem o objetivo de ações de desenvolvimento econômico autossustentável no município de Fortaleza. A SDE trabalha em dois eixos: Empreendedorismo e Atração de Investimentos. O empreendedorismo visa estimular os micro e pequenos empreendedores de Fortaleza, através de atividades de capacitação e de articulação com outras entidades, como bancos, para firmar parcerias e estreitar a relação com o empreendedor. Por sua vez a Atração de Investimentos trabalha na perspectiva de atrair os diversos tipos de negócios para Fortaleza.

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

A SMS tem a função de ofertar os serviços do Sistema Único de Saúde no município de Fortaleza, atendendo as necessidades de saúde da população. Sua atuação consiste na ação conjunta em dois níveis distintos: a Atenção Primária e Secundária, que executa a política municipal de saúde de forma descentralizada por meio dos diversos equipamentos existentes, tais como: Os postos de saúde, os hospitais, as Unidades de Pronto Atendimento – UPA's, os Centros de Atenção



Psicossocial – CAPS e os Centros de Especialidades Odontológicas – CEO’s. A SMS ainda fornece outros serviços como Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, Farmácia Popular e a Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Riscos Biológicos.

Secretaria Executiva Regional VI - SER VI

A Secretaria Executiva Regional VI é um órgão que visa a descentralização administrativa do município de Fortaleza sendo responsável pela garantia de oferta de serviços nos vinte e nove bairros de seu território, atuando através da articulação com as demais secretarias municipais por meio dos distritos referentes a cada política pública que fazem parte dos setores da SER VI. No território de abrangência da regional contabiliza-se cerca de 600 mil habitantes, divididos nos bairros: Aerolândia, Ancuri, Alto da Balança, Barroso, Boa Vista (unificação do Castelão com Mata Galinha), Cambeba, Cajazeiras, Cidade dos Funcionários, Coaçu, Conjunto Palmeiras (parte do Jangurussu), Curió, Dias Macedo, Edson Queiroz, Guajerú, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, José de Alencar (antigo Alagadiço Novo), Messejana, Parque Dois Irmãos, Passaré, Paupina, Parque Manibura, Parque Iracema, Parque Santa Maria (parte do Ancuri), Pedras, Lagoa Redonda, Sabiaguaba, São Bento (parte do Paupina) e Sapiroanga, o conjunto destes bairros configura-se em 42% do território de Fortaleza.

Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza - SEUMA

Entidade que regula e fiscaliza as questões pertinentes ao planejamento e controle do meio ambiente natural e o ambiente construído do Município de Fortaleza. Possui como objetivo realizar ações de planejamento e controle do município de Fortaleza, dotando a cidade de um plano diretor com suas leis



regulamentadas (mobilidade, uso do solo, meio ambiente e código de obras e posturas), políticas urbano-ambientais pré-definidas, dotando a cidade de áreas específicas vinculadas aos instrumentos do Estatuto da Cidade (operações urbanas consorciadas), fiscalização integrada (urbano e ambiental).

Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização - EMLURB

A EMLURB foi constituída pela Lei nº 6.223 de 28 de setembro de 1987 é uma empresa pública de direito privado, integrante da administração indireta do Município de Fortaleza. Dentre suas competências esta a administração do Horto Municipal Falconete Fialho, que é o responsável por fornecer plantas para serem colocadas nos espaços públicos, tais como ruas, avenidas e praças, corroborando assim para o paisagismo da cidade de Fortaleza. No Horto são cultivadas mudas de diversos tipos de vegetais, desde plantas frutíferas, ornamentais, medicinais, etc. Diante das atividades exercidas pela EMLURB e do Horto Municipal é possível ser estabelecido parceria para realização das atividades referentes ao eixo de Educação Ambiental e Patrimonial – EAP, na ação onde se prevê o plantio de árvores e demais ações que a empresa executora considere relevante sua participação.

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

O SENAC é entidade privada sem fins lucrativos, mantida através de empresários do comércio de bens, serviços e turismo. Atua no âmbito da educação profissional por meio da oferta de cursos nas mais diversas áreas, objetivando formar trabalhadores capacitados. Dentre as atividades propostas no Trabalho Social há a previsão para a realização de cursos profissionalizantes, este valor está pautado em pesquisas de orçamentos previamente elaboradas através dos cursos ofertados por esta entidade. Vale ressaltar que a empresa executora do TS, poderá articular com o



SENAC a possibilidade de desenvolver turma específica e, se possível, em um lugar mais próximo e/ou acessível ao empreendimento.

Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA’s

Os CUCA’s inserem-se no Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude de Fortaleza (PIPPJF) como principal componente de execução e realização, a partir da qual todas as demais ações do Programa poderão ser potencializadas. São equipamentos públicos, localizados em diferentes regiões administrativas da cidade de Fortaleza.

Os CUCA’s possuem capacidade de atender mil usuários por mês cada, ofertar e realizar Cursos de Formação Inicial e Continuada, nível da educação profissional oferecido de forma livre, em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade, a promoção da saúde física e mental através das diversas modalidades esportivas, desenvolvendo atividades de esporte em três eixos principais: Participação (lazer), Educação e Competição, bem como a sessão de espaços dos Cucas para a comunidade ensaiar e jogar, fazer apresentações e treinos em diversas atividades como: cosplay, swingueira, futebol de campo e de salão, teatro, artes marciais e capoeira. A Rede CUCA abrange três equipamentos mantidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e que executa atividades voltadas para a juventude, tendo como público alvo jovens com idades entre 15 a 29 anos. Os CUCA’s estão localizados em áreas estratégicas, com a existência de comunidades em vulnerabilidade social, e atualmente estão em funcionamento nos bairros: Barra do Ceará (Regional I), Mondubim (Regional V) e Jangurussu (Regional VI). A atuação dos CUCA’s engloba a realização de cursos ofertados a população.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Território dos Residenciais MCMV de Fortaleza – DIST FORTALEZA



Programa que apresenta o objetivo de contribuir para a melhoria da Qualidade de Vida da População dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida de Fortaleza, por meio do desenvolvimento de capacidades nas pessoas e organizações para o planejamento e execução de estratégias e processos de Desenvolvimento Integrado e Sustentável Territorial. Através de atividades como: oficinas, eventos, espaços de diálogos e apoio em construção de articulações, o referido programa busca promover a Gestão ambiental, promover uma cultura empreendedora, promover a Identidade Sociocultural, entre outros.

11 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

11.1 Recursos Humanos

11.1.1 Equipe técnica social

A equipe técnica contratada deverá, necessariamente, dispor de profissionais qualificados e com experiência comprovada nas áreas de atuação a serem desenvolvidas no Projeto do Trabalho Social. Salienta-se que os supracitados profissionais devem atender os requisitos mínimos exigidos para cada área, tal como nível acadêmico compatível com as exigências dos serviços objeto deste PDST.

Visando garantir que as ações sejam desempenhadas de maneira articulada ao longo dos 12 (doze) meses de execução do Projeto, reforça-se que a equipe técnica deverá atuar de forma conjunta e interdisciplinar. A contratada tem a obrigação de encaminhar à Unidade Executora Municipal os currículos comprovados dos profissionais ao início do Projeto, assim como, sempre que se fizer necessário, em casos de permuta de profissionais.

Os valores estabelecidos aos técnicos sociais embasam-se em valores pagos por cooperativas aos profissionais do Serviço Social que trabalhe sem qualquer vínculo



empregatício, vínculo estatutário ou de natureza semelhante. Apesar de outras categorias profissionais poderem compor os recursos humanos do PTS priorizamos tais honorários para que não ocorram prejuízos a nenhuma das categorias possíveis, principalmente a do Serviço Social.

A equipe técnica será composta por três profissionais. O primeiro deverá obrigatoriamente possuir formação acadêmica em Serviço Social, devidamente regulamentada no conselho de classe, com comprovação de experiência de no mínimo dois anos em trabalhos com projetos sociais. Já o segundo profissional deverá atuar nas atividades do Eixo de Educação Ambiental e Patrimonial, devendo ainda exercer o trabalho de coordenação do TS e deverá exercer a função de Assistente Social, Cientista Social ou Sociólogo exigindo-se graduação em Serviço Social, Ciências Sociais ou Sociologia com registro no conselho de classe ou Ministério do Trabalho. Deverá atuar junto à execução e supervisão das atividades previstas no TS, sendo o profissional de referência para atestar a execução das ações realizadas.

Por fim, o terceiro profissional deverá ser um Assistente Social, com graduação em Serviço Social e devido registro no conselho regional de classe e será responsável por também executar as atividades previstas nos eixos do Trabalho Social.

Dispomos abaixo do quadro referente à composição da equipe técnica:

RECURSOS HUMANOS - EQUIPE TÉCNICA SOCIAL						
Profissional	Requisitos	Atribuição	Quant.	Horas Técnicas (quantidade)	Valor por hora (R\$)	Valor Total (R\$)
<u>Assistente Social I</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Possuir experiência comprovada em desenvolvimento de projetos comunitários com famílias de baixa renda.	Desenvolver atividades voltadas para a Educação Popular relacionadas ao Eixo MOFS.	1	258	98,57	25.431,06



<u>Técnico Social II</u>	Graduação em Serviço Social, Pedagogia ou Sociologia; Registro ativo no Conselho de classe; Possuir especialização em Educação Ambiental e/ou Meio Ambiente; Experiência comprovada em projetos que envolvam a Formação de multiplicadores em Educação sanitária e ambiental.	Coordenar o desenvolvimento do TS e desenvolver atividades relacionadas ao Eixo EAP.	1	303	110,68	33.536,04
<u>Assistente Social III</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Experiência comprovada com associativismo, e/ou cooperativismo, e/ou sócio-economia solidária, e/ou formação de grupos produtivos, e/ou desenvolvimento de projetos comunitários para geração de trabalho e renda.	Desenvolver atividades relacionadas ao Eixo DS.	1	206	98,57	20.305,42
Total da equipe técnica (1)			3	767	307,82	79.272,52
Despesas indiretas (2)						19.818,13
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)						3.448,35
Despesas Financeiras (1%)						792,73
Imprevistos (3%)						2.378,18
COFINS (3%)						2.378,18
PIS/PASEP (0,65%)						515,27
ISS (5%)						3.963,63
Lucro (8%)						6.341,80
TOTAL GERAL (1 + 2)						99.090,65

11.1.2 Locação de veículo

A contratada deverá locar um veículo que será utilizado para o cumprimento das atividades do Projeto de Trabalho Social, considerando os 12 (doze) meses de execução do supracitado Projeto.



LOCAÇÃO DE VEÍCULO					
Item	Especificação	Quant.	Valor Unit. (mensal)	Período (meses)	Valor Total
Locação de Veículo	Utilitário na cor branca com 5 lugares (4 passageiros + motorista), seguro total, película anti-sol, combustível, com motorista habilitado e todos os demais acessórios obrigatórios.	1	2.000,00	12	24.000,00
Total (1)					24.000,00
Despesas Indiretas (2)					6.000,00
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)					1.044,00
Despesas Financeiras (1%)					240,00
Imprevistos (3%)					720,00
COFINS (3%)					720,00
PIS/PASEP (0,65%)					156,00
ISS (5%)					1.200,00
Lucro (8%)					1.920,00
TOTAL GERAL (1 + 2)					30.000,00

11.1.3 Serviços de Terceiros

Para a realização de algumas ações programadas nesse PTS dever-se-á contratar serviços de terceiros que venham apoiar a equipe técnica social e viabilizar a execução de tais ações. Para tanto, segue previsão orçamentária dos serviços e se ressalva que os mesmos devem ser reconhecidos tecnicamente no mercado.

109



SERVIÇOS DE TERCEIROS					
Item	Objeto	Unidade	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Total
Carrinho de Picolé	Aluguel de Carrinho de Picolé	5	—	100,00 (custo diário do carrinho de picolé)	500,00
Carrinho de Pipoca	Aluguel de Carrinho de Pipoca	11	—	100,00 (custo diário do carrinho de pipoca)	1.100,00
Carrinho de Algodão Doce	Aluguel de Carrinho de Algodão Doce	9	—	100,00 (custo diário do carrinho de algodão doce)	900,00
Empresa Técnica especializada na área do Curso (Confeção de bolos e tortas)	Empresa Técnica especializada na área do Curso	1	20	497,00 (custo da empresa especializada na área do curso por aluno)	9.940,00
Empresa Técnica especializada na área do Curso (Como montar seu proprio negócio)	Empresa Técnica especializada na área do Curso	1	25	240,00 (custo da empresa especializada na área do curso por aluno)	6.000,00
Empresa Técnica especializada na área do Curso (Limpeza de Pele)	Empresa Técnica especializada na área do Curso	1	25	240,00 (custo da empresa especializada na área do curso por aluno)	6.000,00
Empresa Técnica especializada na área do Curso (Manutenção Básica de Computadores)	Empresa Técnica especializada na área do Curso	1	25	291,00 (custo da empresa especializada na área do curso por aluno)	7.275,00
Aluguel de mesas/cadeiras	Conjunto de 1 mesa + 4 cadeiras	49	—	9,00 (custo diário por conjunto de mesa/cadeira)	441,00
Total (1)					<u>32.156,00</u>
Despesas Indiretas (2)					<u>8.039,00</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)					1.398,79
Despesas Financeiras (1%)					321,56
Imprevistos (3%)					964,68
COFINS (3%)					964,68
PIS/PASEP (0,65%)					209,01
ISS (5%)					1.607,80
Lucro (8%)					2.572,48
TOTAL GERAL (1 + 2)					<u>40.195,00</u>

11.1.4 Material de Consumo

Os valores distribuídos nos quadros abaixo são concernentes aos materiais de consumo necessários à execução das atividades compatíveis com os eixos MOC, ESA e



GTR. Os valores referentes aos materiais são para a utilização nos 12 (doze) meses de execução do Projeto de Trabalho Social.

MATERIAL DE CONSUMO - MOFS	
Ação	Valor Total (R\$)
Ação 1	3.052,40
Ação 2	116,20
Ação 3	79,30
Ação 4	49,40
Ação 5	1.324,50
Ação 6	178,00
Ação 7	745,15
Ação 8	275,20
Ação 9	1.359,75
Ação 10	126,90
Ação 11	1.385,75
Total (1)	<u>8.692,55</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>2.173,14</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	378,13
Despesas Financeiras (1%)	86,93
Imprevistos (3%)	260,78
COFINS (3%)	260,78
PIS/PASEP (0,65%)	56,50
ISS (5%)	434,63
Lucro (8%)	695,40
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>10.865,70</u>

MATERIAL DE CONSUMO - EAP	
Ação	Valor Total
Ação 1	939,45
Ação 2	270,60
Ação 3	803,60
Ação 4	764,25
Ação 5	983,50
Ação 6	353,15
Ação 7	1.178,92
Ação 8	1.191,28
Total (1)	<u>6.484,75</u>



Despesas Indiretas (2)	<u>1.621,19</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	282,09
Despesas Financeiras (1%)	64,85
Imprevistos (3%)	194,54
COFINS (3%)	194,54
PIS/PASEP (0,65%)	42,15
ISS (5%)	324,24
Lucro (8%)	518,78
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>8.105,95</u>

MATERIAL DE CONSUMO - DS	
Ação	Valor Total
Ação 1	1.740,69
Ação 2	137,46
Ação 3	1452,65
Ação 4	2.104,45
Ação 5	2.343,70
Ação 6	2.104,45
Ação 7	2.609,20
Ação 8	197,54
Total (1)	<u>12.690,14</u>
Despesas Indiretas (2)	<u>3.172,54</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	552,02
Despesas Financeiras (1%)	126,90
Imprevistos (3%)	380,70
COFINS (3%)	380,70
PIS/PASEP (0,65%)	82,49
ISS (5%)	634,51
Lucro (8%)	1.015,21
TOTAL GERAL (1 + 2)	<u>15.862,70</u>

12 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO



O cronograma de execução (ANEXO D) apresenta as 27 (vinte e sete) ações previstas para os eixos MOFS, EAP e DS, totalizando entre estas ações o quantitativo de 83 (setenta e oito) atividades a serem distribuídos nos 12 (doze) meses de execução do Trabalho Social.

As ações do MOFS previstas são ao todo 11 (onze) e devem ser subdivididas ao longo dos meses totalizando 55 (cinquenta e cinco) atividades. Já o eixo ESA possui 08 (oito) ações que ao serem divididas ao longo dos meses totalizam 16 (dezesesseis) atividades. Por fim, o DS compreende 08 (oito) ações que são subdivididas em 12 (doze) atividades que promovem iniciativas de desenvolvimento socioeconômico.

13 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O cronograma físico financeiro (ANEXO E) é referente aos recursos contratados para o PDST, vinculado as atividades previstas para os eixos MOFS, EAP e DS, a serem distribuído nos 12 (doze) meses de execução. As despesas indiretas estão consideradas nos valores apontados e limitadas a 25% (vinte e cinco por cento). Ressalta-se que as despesas indiretas são referentes à: 4,35% de despesas operacionais administrativas, 1% de despesas financeiras, 3% de imprevistos, 3% de COFINS, 3% de PIS/PASEP, 5% de ISS e 8% de lucro.

14 DISCRIMINAÇÃO FINANCEIRA DAS ATIVIDADES

Convém esclarecer frente à discriminação financeira das atividades que os lanches ofertados devam seguir o padrão de suco de caixinha de 200ml ou refrigerante de 250 ml, com sanduíche misto ou cachorro quente, estes contendo data de fabricação e validade conforme orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Caso haja a necessidade de mudança do tipo do lanche, isto deve ocorrer de forma antecipada e em comum acordo com a Unidade Executora Municipal.

113



EIXO MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL (MOFS)

01. Oficina de apresentação da equipe técnica que executará as atividades do Trabalho Social, bem como expor as ações que estão contempladas nos eixos a serem trabalhados.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	300	2,50	750,00
Convite P/B	Unid	218	0,12	26,16
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	165	0,12	19,80
Grampeador*	Unid	5	15,17	75,85
Clipes pequenos*	Caixa	12	1,70	20,40
Clipes grandes*	Caixa	12	2,10	25,20
Grampos*	Caixa	10	3,20	32,00
Extrator de grampo*	Unid	5	2,65	13,25
Cola branca (500g)*	Unid	8	7,99	63,92
Fita adesiva (durex)*	Unid	10	2,10	21,00
Cartucho colorido*	Unid	15	29,90	448,50
Cartucho P/B*	Unid	20	47,10	942,00
Régua*	Unid	2	1,80	3,60
Perfurador*	Unid	2	5,40	10,80
Marca texto*	Caixa	2	15,00	30,00
Lápis*	Caixa	4	20,90	83,60
Borracha*	Unid	8	3,39	27,12
Apontador*	Unid	8	1,90	15,20
Corretivo*	Unid	8	2,42	19,36
Caneta esferográfica*	Caixa	5	25,00	125,00
Crachá*	Unid	8	3,52	28,16
Pen drive*	Unid	5	17,00	85,00
Papel A4*	Resma	10	16,70	167,00
Almofada para carimbo*	Unid	2	3,49	6,98
Total material de consumo (1)				<u>3.052,40</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	110,68	1.106,80
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.967,09</u>
Total (1 + 2)				<u>7.019,49</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.754,87</u>

Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	305,35
Despesas Financeiras (1%)	70,19
Imprevistos (3%)	210,58
COFINS (3%)	210,58
PIS/PASEP (0,65%)	45,63
ISS (5%)	350,97
Lucro (8%)	561,56
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)	8.774,36

* Material reutilizável nas demais atividades.

** Esta atividade contará com o apoio da Unidade Executora Local (UEL).

02. Visitas domiciliares para levantamento de demandas junto às famílias.				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta esferográfica	Unid	11	1,00	11,00
Cópia simples	Unid	320	0,12	38,40
Papel A4	Resma	4	16,70	66,80
Total material de consumo (1)				116,20
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	30	1	98,57	2.957,10
Técnico Social II	30	1	110,68	3.320,40
Assistente Social III	30	1	98,57	2.957,10
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				10.123,49
Total (1 + 2)				10.239,69
Despesas Indiretas (3)				2.559,92
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				445,43
Despesas Financeiras (1%)				102,40
Imprevistos (3%)				307,19
COFINS (3%)				307,19
PIS/PASEP (0,65%)				66,56
ISS (5%)				511,98
Lucro (8%)				819,18
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				12.799,61

03. Visitas institucionais para explanação da intervenção/Projeto e mobilização das parcerias/arranjos locais.				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	1	3,70	3,70
Cartilha informativa	Unid	20	2,35	47,00



Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópia simples	Unid	30	0,12	3,60
Total material de consumo (1)				<u>79,30</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	15	1	98,57	1.478,55
Assistente Social III	15	1	98,57	1.478,55
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.845,99</u>
Total (1 + 2)				<u>3.925,29</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>981,32</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				170,75
Despesas Financeiras (1%)				39,25
Imprevistos (3%)				117,76
COFINS (3%)				117,76
PIS/PASEP (0,65%)				25,51
ISS (5%)				196,26
Lucro (8%)				314,02
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>4.906,61</u>

04. Participação nas atividades de gestão condominial.				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Caneta esferográfica	Unid	10	1,00	10,00
Cópia simples	Unid	50	0,12	6,00
Papel A4	Resma	2	16,70	33,40
Total material de consumo (1)				<u>49,40</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	30	1	98,57	2.957,10
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.845,99</u>
Total (1 + 2)				<u>3.895,39</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>973,85</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				169,45
Despesas Financeiras (1%)				38,95
Imprevistos (3%)				116,86
COFINS (3%)				116,86
PIS/PASEP (0,65%)				25,32
ISS (5%)				194,77
Lucro (8%)				311,63
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>4.869,24</u>



05. Reunião das famílias beneficiadas com os gestores dos equipamentos públicos para esclarecimentos acerca da gestão, do acesso e serviços disponíveis.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	310	2,50	775,00
Cartaz colorido	Unid	26	1,25	32,50
Cartilha informativa	Unid	220	2,35	517,00
Total material de consumo (1)				<u>1.324,50</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	1	100,00	100,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	1	100,00	100,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>400,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	10	1	98,57	985,70
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				<u>1.874,59</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>3.599,09</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>899,77</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				156,56
Despesas Financeiras (1%)				35,99
Imprevistos (3%)				107,97
COFINS (3%)				107,97
PIS/PASEP (0,65%)				23,39
ISS (5%)				179,95
Lucro (8%)				287,93
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>4.498,86</u>

06. Plantão social (pouso)

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	60	1,25	75,00
Livro de ata	Unid	8	6,00	48,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópia simples	Unid	250	0,12	30,00
Total material de consumo (1)				<u>178,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	55	1	98,57	5.421,35

Tecnico Social II	50	1	110,68	5.534,00
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>11.844,24</u>
Total (1 + 2)				<u>12.022,24</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>3.005,56</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				522,97
Despesas Financeiras (1%)				120,22
Imprevistos (3%)				360,67
COFINS (3%)				360,67
PIS/PASEP (0,65%)				78,14
ISS (5%)				601,11
Lucro (8%)				961,78
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>15.027,80</u>

07. Assembleia para eleição de representantes de blocos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	250	2,50	625,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Papel A4	Resma	2	16,70	33,40
Cópias simples	Unid	150	0,12	18,00
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Total material de consumo (1)				<u>745,15</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	10	1	98,57	985,70
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>1.874,59</u>
Total (1 + 2)				<u>2.619,74</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>654,94</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				113,96
Despesas Financeiras (1%)				26,20
Imprevistos (3%)				78,59
COFINS (3%)				78,59
PIS/PASEP (0,65%)				17,03
ISS (5%)				130,99
Lucro (8%)				209,58
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>3.274,68</u>

08. Oficinas de capacitação acerca da organização e gestão comunitária com as lideranças representativas do Residencial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
---------------------	------	--------	-------------	-------------



Lanche	Unid	90	2,50	225,00
Cartaz colorido	Unid	2	1,25	2,50
Cópias simples	Unid	50	0,12	6,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Papel A4	Resma	1	16,70	16,70
Total material de consumo (1)				<u>275,20</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	20	1	98,57	1.971,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>2.860,29</u>
Total (1 + 2)				<u>3.135,49</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>783,87</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				136,39
Despesas Financeiras (1%)				31,35
Imprevistos (3%)				94,06
COFINS (3%)				94,06
PIS/PASEP (0,65%)				20,38
ISS (5%)				156,77
Lucro (8%)				250,84
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>3.919,36</u>

09. Ação de Cidadania com a oferta de serviços de saúde, assistência social, estética e beleza, obtenção de documentos pessoais em articulação com instituições parceiras públicas e privadas.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	500	2,50	1.250,00
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópias simples	Unid	200	0,12	24,00
Balão	Pacote	10	3,25	32,50
Fita adesiva	Unid	2	4,75	9,50
Bandeirinhas	Pct	10	2,50	25,00
Total material de consumo (1)				<u>1.359,75</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	12	9,00	108,00
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	100,00	200,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>708,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	10	1	98,57	985,70



Tecnico Social II	10	1	110,68	1.106,80
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				3.967,09
Total (1 + 2 + 3)				6.034,84
Despesas Indiretas (4)				1.508,71
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				262,52
Despesas Financeiras (1%)				60,35
Imprevistos (3%)				181,05
COFINS (3%)				181,05
PIS/PASEP (0,65%)				39,23
ISS (5%)				301,74
Lucro (8%)				482,79
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				7.543,55

10. Visitas domiciliares para avaliação de pós-ocupação com os beneficiários de reassentamento acerca da intervenção.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cópias simples	Unid	120	0,12	14,40
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópias do instrumental de avaliação	Unid	250	0,35	87,50
Total material de consumo (1)				126,90
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	50	1	98,57	4.928,50
Técnico Social II	35	1	110,68	3.873,80
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				9.691,19
Total (1 + 2)				9.818,09
Despesas Indiretas (3)				2.454,52
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				427,09
Despesas Financeiras (1%)				98,18
Imprevistos (3%)				294,54
COFINS (3%)				294,54
PIS/PASEP (0,65%)				63,82
ISS (5%)				490,90
Lucro (8%)				785,45
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				12.272,61

11. Seminário de avaliação final do projeto.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
---------------------	------	--------	-------------	-------------

120



Lanche	Unid	500	2,50	1.250,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópias simples	Unid	100	0,12	12,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Banner	Unid	1	30,00	30,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Barbante	Rolo	1	6,50	6,50
Bandeirinhas	Pct	18	2,50	45,00
Total material de consumo (1)				<u>1.385,75</u>
Serviços de Terceiros				
	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	1	100,00	100,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	1	100,00	100,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>400,00</u>
Recursos Humanos				
	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Assistente Social I	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	110,68	1.106,80
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				<u>3.967,09</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>5.752,84</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.438,21</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				250,25
Despesas Financeiras (1%)				57,53
Imprevistos (3%)				172,59
COFINS (3%)				172,59
PIS/PASEP (0,65%)				37,39
ISS (5%)				287,64
Lucro (8%)				460,23
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>7.191,05</u>

EIXO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (EAP)

01. Assembléia para eleição de um grupo de educadores ambientais populares.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	300	2,50	750,00
Convite P/B	Unid	220	0,12	26,40

Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Canetinha	Pacote	4	3,95	15,80
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Caneta esferográfica	Caixa	4	25,00	100,00
Total material de consumo (1)				939,45
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Tecnico Social II	10	1	110,68	1.106,80
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				1.995,69
Total (1 + 2)				2.935,14
Despesas Indiretas (3)				733,79
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				127,68
Despesas Financeiras (1%)				29,35
Imprevistos (3%)				88,05
COFINS (3%)				88,05
PIS/PASEP (0,65%)				19,08
ISS (5%)				146,76
Lucro (8%)				234,81
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				3.668,93

02. Oficinas de capacitação dos educadores ambientais eleitos para que atuem como multiplicadores em educação ambiental e patrimonial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	90	2,50	225,00
Convite P/B	Unid	30	0,12	3,60
Cartaz colorido	Unid	4	1,25	5,00
Cópia simples	Unid	100	0,12	12,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Total material de consumo (1)				270,60
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Tecnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				3.102,49
Total (1 + 2)				3.373,09
Despesas Indiretas (3)				843,27
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				146,73
Despesas Financeiras (1%)				33,73

Imprevistos (3%)				101,19
COFINS (3%)				101,19
PIS/PASEP (0,65%)				21,93
ISS (5%)				168,65
Lucro (8%)				269,85
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>4.216,36</u>

03. Oficinas de Capacitação acerca da coleta seletiva e do descarte correto de resíduos sólidos a serem desenvolvidas com as crianças e adolescentes residentes no empreendimento que se encontram no Ensino Fundamental.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	200	2,50	500,00
Convite P/B	Unid	100	0,12	12,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cartilha informativa	Unid	100	2,35	235,00
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	1	3,70	3,70
Cópia simples	Unid	100	0,12	12,00
Papel madeira	Unid	5	0,60	3,00
Lápis de cor	Caixa	5	3,50	17,50
Canetinha	Pacote	2	3,95	7,90
Total material de consumo (1)				<u>803,60</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	30	1	110,68	3.320,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>4.209,29</u>
Total (1 + 2)				<u>5.012,89</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.253,22</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				218,06
Despesas Financeiras (1%)				50,13
Imprevistos (3%)				150,39
COFINS (3%)				150,39
PIS/PASEP (0,65%)				32,58
ISS (5%)				250,64
Lucro (8%)				401,03
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>6.266,11</u>

04. Campanha de Educação Sanitária, Saúde Ambiental e Coleta Seletiva envolvendo professores e alunos das escolas municipais do entorno do empreendimento, agentes de saúde e educadores ambientais populares eleitos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
---------------------	------	--------	-------------	-------------



Lanche	Unid	250	2,50	625,00
Balão	Pacote	10	3,25	32,50
Cartaz colorido	Unid	20	1,25	25,00
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Lápis de cor	Caixa	5	3,50	17,50
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	2	3,50	7,00
Pincel atômico	Unid	3	2,50	7,50
Canetinha	Pacote	5	3,95	19,75
Total material de consumo (1)				<u>764,25</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Tecnico Social II	10	1	110,68	1.106,80
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>1.995,69</u>
Total (1 + 2)				<u>2.759,94</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>689,99</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				120,06
Despesas Financeiras (1%)				27,60
Imprevistos (3%)				82,80
COFINS (3%)				82,80
PIS/PASEP (0,65%)				17,94
ISS (5%)				138,00
Lucro (8%)				220,80
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>3.449,93</u>

05. Campanha educativa de vacinação.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	250	2,50	625,00
Balão	Pacote	10	3,25	32,50
Cartilha informativa	Unid	120	2,35	282,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Pincel atômico	Unid	3	2,50	7,50
Total material de consumo (1)				<u>983,50</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	10	9,00	90,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	100,00	200,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>490,00</u>

Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Tecnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				<u>3.102,49</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>4.575,99</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>1.144,00</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				199,06
Despesas Financeiras (1%)				45,76
Imprevistos (3%)				137,28
COFINS (3%)				137,28
PIS/PASEP (0,65%)				29,74
ISS (5%)				228,80
Lucro (8%)				366,08
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>5.719,99</u>

06. Oficinas de confecção de brinquedos a partir da reutilização de materiais recicláveis

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	100	2,50	250,00
Convite P/B	Unid	100	0,12	12,00
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	5	3,70	18,50
Cópia simples	Unid	150	0,12	18,00
Papel madeira	Unid	20	0,60	12,00
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Lápis de cor	Caixa	5	3,50	17,50
Canetinha	Pacote	2	3,95	7,90
Total material de consumo (1)				<u>353,15</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Tecnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.102,49</u>
Total (1 + 2)				<u>3.455,64</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>863,91</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				150,32
Despesas Financeiras (1%)				34,56
Imprevistos (3%)				103,67
COFINS (3%)				103,67



PIS/PASEP (0,65%)				22,46
ISS (5%)				172,78
Lucro (8%)				276,45
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>4.319,55</u>

07. Oficinas sócio-educativas de educação em saúde preventiva em parceria com a Atenção Básica (ACS, NASF, Equipe de Saúde da Família, Equipe de Saúde Bucal).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	220	2,50	550,00
Convite P/B	Unid	216	0,12	25,92
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cartilha informativa	Unid	216	2,35	507,60
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	5	3,70	18,50
Cópia simples	Unid	120	0,12	14,40
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Total material de consumo (1)				<u>1.178,92</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>3.102,49</u>
Total (1 + 2)				<u>4.281,41</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.070,35</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				186,24
Despesas Financeiras (1%)				42,81
Imprevistos (3%)				128,44
COFINS (3%)				128,44
PIS/PASEP (0,65%)				27,83
ISS (5%)				214,07
Lucro (8%)				342,51
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>5.351,76</u>

08. Torneio esportivo de futebol.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	5	1,25	6,25
Água mineral	Copo	200	0,65	130,00
Saco de lixo	Pct	2	2,64	5,28
Fita adesiva	Unid	1	4,75	4,75
Cópia simples	Unid	100	0,12	12,00



Papel madeira	Unid	5	0,60	3,00
Pincel atômico	Unid	3	2,50	7,50
Camisas	Unid	100	9,00	900,00
Medalhas	Unid	35	2,50	87,50
Troféus	Unid	1	35,00	35,00
Total material de consumo (1)				<u>1.191,28</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	12	9,00	108,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	100,00	200,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	100,00	200,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>508,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Técnico Social II	20	1	110,68	2.213,60
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				<u>3.102,49</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>4.801,77</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.200,44</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				208,88
Despesas Financeiras (1%)				48,02
COFINS (3%)				144,05
PIS/PASEP (0,65%)				31,21
ISS (5%)				240,09
Lucro (8%)				384,14
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>6.002,21</u>

EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (DS)

01. Oficina de apresentação dos programas, projetos e benefícios disponibilizados pelo Cadastro Único, de acordo com os critérios estabelecidos para atendimento em cada quesito.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartilha informativa	Unid	220	2,35	517,00
Caneta esferográfica	Caixa	5	25,00	125,00
Bloco para anotações	Unid	220	1,20	264,00

Pasta	Unid	220	0,95	209,00
Convite P/B	Unid	220	0,12	26,40
Cartaz colorido	Unid	15	1,27	19,05
Lanche	Unid	220	2,50	550,00
Cópia simples	Unid	252	0,12	30,24
Total material de consumo (1)				<u>1.740,69</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	8	1	98,57	788,56
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>1.677,45</u>
Total (1 + 2)				<u>3.418,14</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>854,54</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				148,69
Despesas Financeiras (1%)				34,18
Imprevistos (3%)				102,54
COFINS (3%)				102,54
PIS/PASEP (0,65%)				22,22
ISS (5%)				170,91
Lucro (8%)				273,45
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>4.272,68</u>

02. Oficina de apresentação e sensibilização para o engajamento nos programas educacionais: EJA, PROJOVEM, Ensino Regular, PROUNI.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Convite P/B	Unid	150	0,12	18,00
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	2	3,70	7,40
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Fita adesiva	Unid	2	4,78	9,56
Pincel atômico	Unid	4	2,50	10,00
Total material de consumo (1)				<u>137,46</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>2.860,29</u>



Total (1 + 2)				<u>2.997,75</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>749,44</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				130,40
Despesas Financeiras (1%)				29,98
Imprevistos (3%)				89,93
COFINS (3%)				89,93
PIS/PASEP (0,65%)				19,49
ISS (5%)				149,89
Lucro (8%)				239,82
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>3.747,19</u>

03. Oficinas dialogadas de economia doméstica e financeira (abordagem de questões relacionadas à organização e rotinas domésticas, uso e aplicação do dinheiro).

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	220	2,50	550,00
Convite P/B	Unid	220	0,12	26,40
Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Bloco para anotações	Unid	220	1,20	264,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Pincel atômico	Unid	2	2,50	5,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cartilha informativa	Unid	220	2,35	517,00
Fita adesiva	Unid	2	4,75	9,50
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	2	3,50	7,00
Total material de consumo (1)				<u>1.452,65</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (2)				<u>2.860,29</u>
Total (1 + 2)				<u>4.312,94</u>
Despesas Indiretas (3)				<u>1.078,24</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				187,61
Despesas Financeiras (1%)				43,13
Imprevistos (3%)				129,39
COFINS (3%)				129,39
PIS/PASEP (0,65%)				28,03
ISS (5%)				215,65



Lucro (8%)				345,04
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)				<u>5.391,18</u>

04. Curso profissionalizante na área de Gastronomia (Confeção de bolos e tortas)

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	110	0,12	13,20
Pasta	Unid	25	0,95	23,75
Bloco para anotações	Unid	25	1,20	30,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Ajuda de Custo	Unid	20	100,00	2.000,00
Total material de consumo (1)				<u>2.104,45</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	20	497,00	9.940,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>9.940,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				<u>1.874,59</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>13.919,04</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>3.479,76</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				605,48
Despesas Financeiras (1%)				139,19
Imprevistos (3%)				417,57
COFINS (3%)				417,57
PIS/PASEP (0,65%)				90,47
ISS (5%)				695,95
Lucro (8%)				1.113,52
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>17.398,80</u>

05. Curso profissionalizante nas áreas de Administração e Empreendedorismo (Como montar seu próprio negócio)

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	110	0,12	13,20
Pasta	Unid	20	0,95	19,00
Bloco para anotações	Unid	20	1,20	24,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Ajuda de Custo	Unid	25	90,00	2.250,00
Total material de consumo (1)				<u>2.343,70</u>

Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	25	240,00	6.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>6.000,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				<u>2.860,29</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>11.203,99</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.801,00</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				487,37
Despesas Financeiras (1%)				112,04
Imprevistos (3%)				336,12
COFINS (3%)				336,12
PIS/PASEP (0,65%)				72,83
ISS (5%)				560,20
Lucro (8%)				896,32
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>14.004,99</u>

06. Curso profissionalizante nas áreas de estética e beleza (Limpeza de Pele)

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	110	0,12	13,20
Pasta	Unid	25	0,95	23,75
Bloco para anotações	Unid	25	1,20	30,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Ajuda de Custo	Unid	25	80,00	2.000,00
Total material de consumo (1)				<u>2.104,45</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	25	240,00	6.000,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>6.000,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				<u>2.860,29</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>10.964,74</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>2.741,19</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				476,97



Despesas Financeiras (1%)				109,65
Imprevistos (3%)				328,94
COFINS (3%)				328,94
PIS/PASEP (0,65%)				71,27
ISS (5%)				548,24
Lucro (8%)				877,18
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				13.705,93

07. Curso profissionalizante na área de informática (Manutenção Básica de Computadores)

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz colorido	Unid	10	1,25	12,50
Cópia simples	Unid	110	0,12	13,20
Bloco para anotações	Unid	25	1,20	30,00
Pasta	Unid	30	0,95	28,50
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Ajuda de Custo	Unid	25	100,00	2.500,00
Total material de consumo (1)				2.609,20
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	25	291,00	7.275,00
Total serviços de terceiros (2)				7.275,00
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	25	1	98,57	2.464,25
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				3.353,14
Total (1 + 2 + 3)				13.237,34
Despesas Indiretas (4)				3.309,34
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				575,82
Despesas Financeiras (1%)				132,37
Imprevistos (3%)				397,12
COFINS (3%)				397,12
PIS/PASEP (0,65%)				86,04
ISS (5%)				661,87
Lucro (8%)				1.058,99
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				16.546,68

08. Workshop entre os moradores e os concludentes dos curso profissionalizantes e feirinha dos produtos confeccionados durante os cursos.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
---------------------	------	--------	-------------	-------------



Cartaz colorido	Unid	15	1,25	18,75
Cópias simples	Unid	200	0,12	24,00
Banner	Unid	5	30,00	150,00
Fita adesiva	Unid	1	4,79	4,79
Total material de consumo (1)				<u>197,54</u>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	15	9,00	135,00
Aluguel de carrinho de picolé	Unid	1	100,00	100,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	1	100,00	100,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	1	100,00	100,00
Total serviços de terceiros (2)				<u>435,00</u>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	8	1	98,57	788,56
Técnico Social II	8	1	110,68	885,44
Assistente Social III	8	1	98,57	788,56
Locação de veículo	—	1	—	888,89
Total recursos humanos (3)				<u>3.351,45</u>
Total (1 + 2 + 3)				<u>3.983,99</u>
Despesas Indiretas (4)				<u>996,00</u>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				173,30
Despesas Financeiras (1%)				39,84
Imprevistos (3%)				119,52
COFINS (3%)				119,52
PIS/PASEP (0,65%)				25,90
ISS (5%)				199,20
Lucro (8%)				318,72
TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)				<u>4.979,99</u>

14 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da relevância do Trabalho Social sobre a vida das pessoas beneficiadas nos empreendimentos de interesse social conforme vislumbrado na nova perspectiva da questão habitacional e como estabelecido pelas políticas habitacionais vigentes, particularmente dentro do PMCMV, o Trabalho Social passa a ser visto como parte



integrante e indispensável na implementação de grandes projetos arquitetônicos, pois o mesmo possui como horizonte a perspectiva de valorização da autonomia e do protagonismo dos beneficiários em todo o processo, adequando bens e serviços propostos às necessidades e a realidade das famílias em questão.

Com este objetivo fim é que nos propomos a elaborar o presente Projeto de Trabalho de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST que norteará as ações previstas para serem executadas junto a população beneficiária no Residencial Monteiro Lobato, para tanto estas foram pensadas e formuladas com base no perfil e nas particularidades existentes no mesmo, em anexo seguem as planilhas com a descrição das atividades, cronograma de execução destas e cronograma físico-financeiro e de desembolso das despesas, total, por eixos e por atividades.

Após o decurso de tempo, empenho e planejamento objetivando preparar o presente projeto espera-se que o Trabalho Social proposto para ser executado junto aos moradores do Residencial Monteiro Lobato cumpra seus objetivos, atinja suas metas, seja satisfatório e bem aceito e que impacte positivamente nas famílias envolvidas deixando frutos duradouros e efeitos permanentes em suas vidas.

Helane Carneiro Vieira
Assistente Social/HABITAFOR
CRESS nº 5576 3ª região CE

Andréa Sobreira Cialdini Borges
Coordenadora da Coordenadoria de Programas Sociais - CPS
CRESS nº 2370 3ª região CE



